



# A Nação

JOURNAL INDEPENDENTE



Vítimas das enxurradas  
Entre a exposição e  
o marketing, onde  
fica a dignidade?

Págs. 2 a 5 in ETC

Alcindo Mota obrigado a travar negócio

# Denúncia inviabiliza consultoria de mais de 12 mil contos em ajuste directo

Págs. 2 e 4



Parte integrante da edição nº 942 de A Nação de 18 de Setembro de 2025. Não pode ser vendido separadamente.



MUNICÍPIO EM DESTAQUE

## Maio

CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº942 | 18/09/2025



Valdino Rely Brito, Presidente da Câmara Municipal do Maio

“A conectividade é o eixo estratégico para desbloquear o potencial da ilha”

Págs. 02 a 04



Restaurante Chapa Quente da simpatia ao sucesso

A ilha que o tempo e os decisores continuam a guardar

Nossa Senhora da Luz, cultura, fé e tradição

Uma história de resistência e esperança

**EDEC** a energia que nos une

Empresa de Distribuição de Electricidade de Cabo Verde

800 51 11 | [div.branca.online@edec.cv](mailto:div.branca.online@edec.cv) | EDEC5A1 | edecsa1

## Habitação em São Vicente

A engrenagem clandestina que resiste à chuva e à vergonha

Págs. 10 e 11

## Polémica outdoors no Sal

Coimas ao Casino Royal podem ultrapassar os dois mil contos

Págs. 6 e 7

## Ópera de Dino d’Santiago

“Adilson”: quando a voz dos invisíveis sobe ao palco

Págs. 6 e 7 in ETC

## A oposição que se prepare!



Pág. 18

Transição do PCCS para PCFR no Ministério das Finanças

# Denúncia inviabiliza consultoria de mais de 12 mil contos em ajuste directo

O facto de A NAÇÃO ter confrontado o secretário de Estado das Finanças sobre uma eventual ilegalidade de um ajuste directo no valor de 12 milhões e 800 mil escudos, para efeito de contraditório, terá sido determinante para evitar a concretização de um acto administrativo que, de acordo com especialistas, violaria a lei.

A intenção de contratar uma consultoria, neste caso um advogado “amigo”, antigo governante ventoinha, para a transição do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para o Plano de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR) de regime especial, através de um processo de ajuste directo, levantou sérias questões sobre a transparência e a conformidade legal da gestão pública. Outros interessados no negócio ter-se-ão visto defraudados na forma como, alegadamente, o Ministério das Finanças pretendia resolver o assunto por via do ajuste directo.

É que esse Ministério dirigido por Olavo Correia pretendia invocar a cláusula de “urgência imperiosa e imprevisível” para justificar um tal contrato de prestação de serviços com o referido advogado. Só que a Lei de Bases de 2023 já previa a necessidade de alteração dos PCCS de regime especial no prazo de 180 dias após a

Alcindo Mota, secretário de Estado das Finanças, mandou suspender a contratação por ajuste directo de um advogado “amigo” do sistema ventoinha, para uma consultoria no Ministério das Finanças por mais de 12 mil contos. Isto aconteceu depois de o mesmo governante ter sido abordado pelo A NAÇÃO para efeitos de contraditório num caso que se configurava pouco ou nada claro. Alcindo Mota conseguiu sustentar o processo de contratação, mas alguns funcionários do Ministério das Finanças foram, contudo, “intimidados” por alegada “fuga de informação”.

Daniel Almeida



Alcindo Mota

publicação do PCFR de regime geral em 2024. Portanto, a necessidade de contratar consultoria para este fim não era imprevisível; pelo contrário, era uma obrigação legal expressamente prevista.

A lei exige que as circunstâncias invocadas para a urgência não sejam imputáveis à entidade adjudicante. Assim, o decurso do prazo de 180 dias sem que a transição fosse concluída parece ser resultado da inacção ou de uma gestão deficiente por parte do Governo, e não de um evento externo e imprevisível. A urgência, neste caso, parece ter sido criada pela própria entidade adjudicante ao não cumprir o prazo estipulado.

Como é sabido, porque várias vezes abordado e ventilado na praça pública, o ajuste directo tem sido usado como regra e não como excepção, algo que reflecte uma preocupação legítima com a erosão dos princípios da contratação pública.

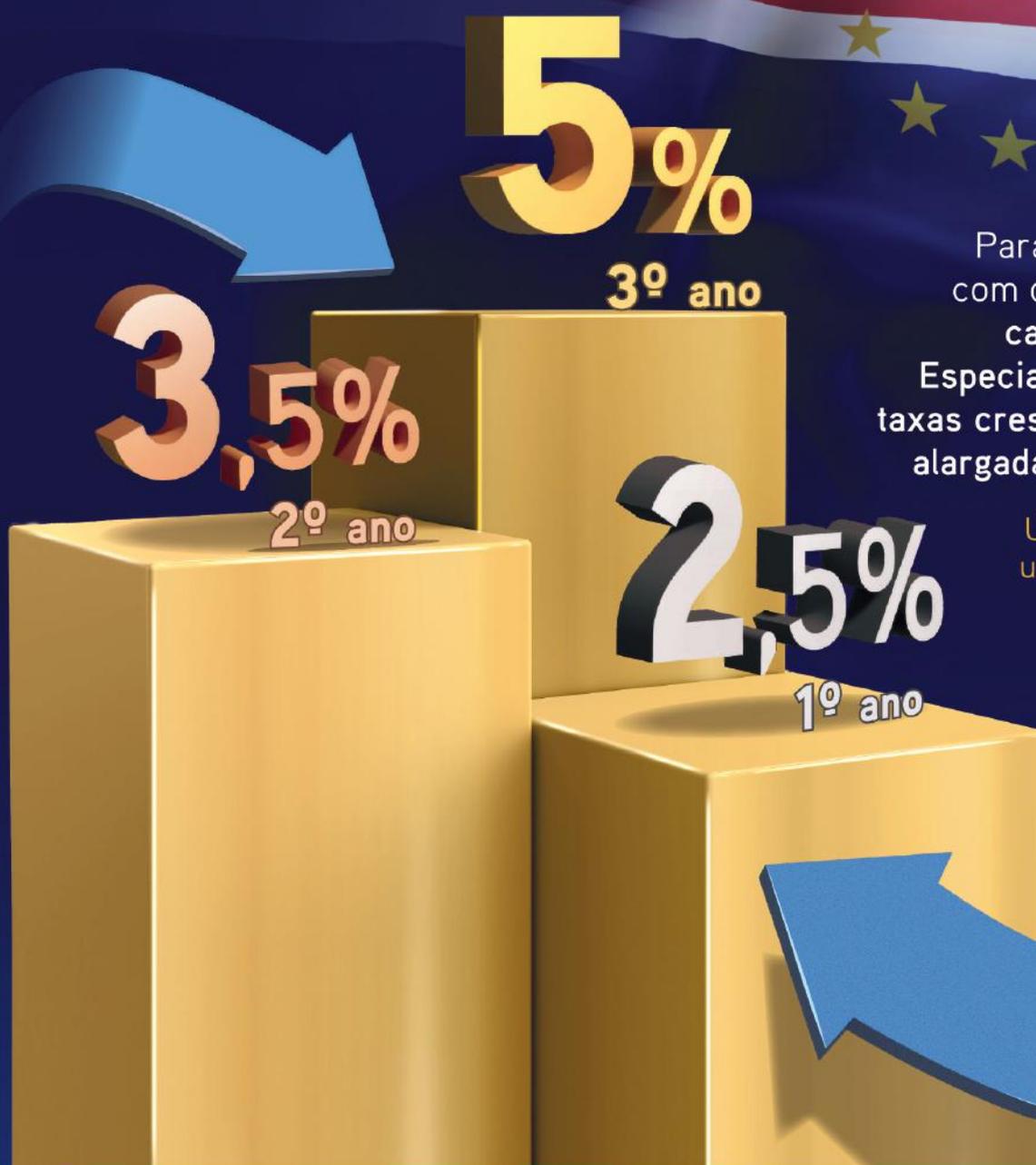
De lembrar também que o Código da Contratação Pública foi desenhado para promover a transparência e a concorrência nos negócios do Estado, garantindo que o dinheiro público seja usado de forma eficiente e que o mercado de serviços de consultoria seja acessível a todos os concorrentes qualificados.

Continua na página A4

# Depósito crescente

## 5.0 Especial Independência

AGORA TEM MAIS TEMPO PARA ADERIR



Para continuar a celebrar com quem confia em nós, a campanha Depósito 5.0 Especial Independência, com taxas crescentes até 5% a.a foi alargada até 30 de setembro.

Um depósito a prazo com uma taxa progressiva que cresce com o tempo — tal como o país que celebramos.

Constituição: Até 30 de setembro | Prazo: 3 anos |  
Montantes: de 50.000 a 15.000.000 CVE | Exclusivo  
para fundos frescos e limitado ao stock disponível.

**BAI Cabo Verde** A independência celebra-se com vitórias.  
As vitórias conquistam-se aqui.

[f](#) [@](#) [in](#) [v](#) [www.bancobai.cv](#)

# Negócio inviabilizado



**P**ara as fontes do A NAÇÃO, ao invocar a cláusula de “urgência imperiosa e imprevisível” para justificar um ajuste directo, o cenário estava criado para contratar os serviços de consultoria de um conhecido advogado. E isso, ao que nos foi feito saber, acabou por não ir avante porque, na segunda-feira de manhã, este Jornal contactou o secretário de Estado das Finanças, Alcindo Mota, e este acabou por dar orientações no sentido de se avançar com um “procedimento concursal”.

Entretanto, conforme nos foi confidenciado, embora tenha corrigido a ilegalidade, Alcindo Mota foi mais longe: também incluiu uma advertência aos seus colaboradores sobre a “fuga de informação” ocorrida neste caso.

“Essa atitude, de tentar identificar a fonte interna que expôs o processo, sugere que, em vez de focar na origem da tentativa de ilegalidade, a preocupação se voltou para quem a denunciou.

Essa postura pode ter um efeito intimidador sobre os funcionários públicos que agem em defesa da legalidade e da transparência”, realça um dos nossos interlocutores.

As nossas fontes consideram que este Jornal “não apenas impediu uma irregularidade, como também destacou a importância de um jornalismo vigilante e proativo para a fiscalização do poder. A transparência na gestão pública é um pilar

da democracia, e a sua intervenção demonstrou como a actuação da imprensa pode ser crucial para salvaguardar os interesses do Estado e dos cidadãos”.

## Ajuste directo cai

Entretanto, num segundo contacto com A NAÇÃO, Alcindo Mota confirmou que deu instruções à DGPOG de trabalhar no sentido de adequação dos vários estatutos dos colaboradores do Minis-

tério das Finanças ao PCFR.

Para tal, consoante o governante, o serviço deve contratar um jurista para prestar esse serviço. Alcindo Mota, contrariando as informações de que dispúnhamos que apontavam num ajuste directo, afirmou que até à data (segunda-feira, 15), “não tínhamos recebido qualquer proposta para decisão”, que “pode ser por ajuste directo, por concurso restrito ou por concurso público, que constam do Cód-

go de Contratação Pública”.

O certo é que, depois da nossa primeira conversa, o secretário de Estado das Finanças disse ter falado com a DGPOG que lhe informou que estão na fase final da proposta para a decisão e, da sua parte, enquanto governante, “já demos uma directiva clara em relação a este processo em concreto no sentido de que a contratação do serviço tem de ser mediante um procedimento concursal”.

## Ficha Técnica



www.anacao.cv

**A Nação**: semanário | Ano XVIII | N°941 | 11 de Setembro de 2025 | **Registo DGCS**: N°3/2007 | **Registo ARC**: N°3/2016 | **Propriedade**: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.  
**Director-Geral**: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço**: Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone**: (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director**: José Augusto Sanches | **Editor-Executivo**: José Vicente Lopes | **Editores**: Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas**: Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários**: Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas**: Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers**: Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing**: Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones**: (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail**: jornalnanacaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão**: Impressral Center | **Tiragem**: 3.500 Exemplares.



## **GARANTA O SUCESSO ESCOLAR**

O Seguro Escolar é um seguro que garante o reembolso das despesas médicas e a cobertura de danos causados a terceiros pelo aluno.

**Juntos por uma educação segura.**

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

[garantia.cv](http://garantia.cv)    

**GARANTIA  
ESCOLAR**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,  
C.P. 138 – Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • [www.garantia.cv](http://www.garantia.cv)  
Telefone: (238) 260 86 00



Polémica outdoors no Sal

# Coimas ao Casino Royal podem ultrapassar os dois mil contos

A Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC) abriu um processo de contraordenação contra o Casino Royal, por violação do Código de Publicidade vigente no país em, pelo menos, quatro artigos. A lei prevê penas que podem ir desde multa a outras sanções acessórias.

Natalina Andrade

A lei é clara no que concerne à publicidade de jogos de fortuna e azar. O artigo 23 do Código de Publicidade, aprovado em Conselho de Ministros e publicado em Boletim Oficial em 2007 (Decreto-Lei n.º 46/2007, de 10 de dezembro), estabelece que “os jogos de fortuna ou azar”, exceptuando os promovidos pela Cruz Vermelha de Cabo Verde, “não podem ser objecto de publicidade, enquanto objecto essencial da mensagem”.

Entretanto, na semana passada, a ARC recebeu denúncias, por parte de cidadãos e instituições, na sequência da afixação de outdoors publicitários do Casino Royal, na ilha do Sal.

As denúncias foram movidas, não apenas pela publicidade em si, que é ilegal, mas também pela forma e

conteúdos escolhidos, que recorrem a símbolos religiosos e à objectificação da mulher e da maternidade.

As denúncias, conforme deliberação da ARC, de 12 de Setembro, recaíram sobre três outdoors específicos, cujo conteúdo foi caracterizado como “possível atentado à dignidade humana”, contendo “mensagem depreciativa sobre a maternidade, com indícios de discriminação em razão do sexo e atentado à dignidade”.

Igualmente, ainda sobre os mesmos recaí o uso depreciativo de símbolo religioso e conteúdo religioso como objeto da mensagem, com indícios de publicidade de jogos de fortuna ou azar, também proibidos por lei.

Com base nisto, o conselho deliberou, por unanimidade, abrir um processo de contraordenação contra o

Casino Royal, por violação do disposto nas alíneas a), c), d) e h) do n.º 1, e nos números 2 e 3, todos do Artigo 7.º, bem como do Artigo 23.º do Código de Publicidade.

Ainda, como medida cautelar, a ARC ordenou a suspensão das referidas publicidades, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, nos termos dos números 1 e 4 do Artigo 66.º do mesmo código, notificando tanto o Casino quanto a Câmara Municipal do Sal.

## O Código de Publicidade

A publicidade em Cabo Verde rege-se, entre outros, pelo princípio da licitude (artigo 7º), o que significa dizer que é proibida a publicidade que, pela sua forma, objecto ou fim, ofenda os valores, princípios e instituições fundamentais consa-

grados pela constituição.

Ainda, o mesmo artigo, no seu ponto 3, define que “apenas é permitida a utilização de línguas de outros países na mensagem publicitária quando tenha os estrangeiros como destinatários exclusivos ou principais”, admitindo, por outro lado, a utilização excepcional de palavras ou de expressões em línguas de outros países quando necessárias à obtenção do efeito visado na concepção da mensagem.

Todos estes pontos foram, consoante deliberação da ARC, violados pela publicidade do Casino em questão.

## Afixação sujeita a licenciamento municipal

O Código de publicidade, no seu artigo 27, determina que a afixação de mensa-

gens publicitárias está sujeita a licenciamento municipal, e que compete às assembleias municipais, para salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental nas respectivas áreas de jurisdição, definir os critérios de licenciamento aplicáveis à afixação de mensagens publicitárias.

O licenciamento, porém, não pode incumprir os princípios assentes no diploma e demais legislação aplicável.

Após queixa apresentada à ARC e denúncia pública, tanto nas redes sociais, quanto pelo Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género, a Câmara Municipal do Sal emitiu um comunicado a informar sobre a remoção dos outdoors, decisão baseada nos “valores culturais e identitários do país”, mas sem nunca citar a lei.





“A decisão foi tomada por entender-se que tais conteúdos atentam contra a matriz cristã que caracteriza Cabo Verde, desrespeitando os valores culturais e identitários da nossa sociedade”, referiu a autarquia, reforçando, ainda, o zelo “pelo respeito às tradições, crenças e valores”.

Embora a remoção tenha ido ao encontro das expectativas cidadãs, a referência aos valores cristãos foi duramente criticada.

“A questão vai muito além da degradação de valores, que, por mais que nos indigne, é subjetiva - a questão principal é que a CMS nem citou o facto de qualquer publicidade em outdoor para jogos de fortuna ou azar (como para bebidas alcoólicas) ser proibida pela lei cabo-verdiana, (...) talvez por saber que tolera outdoors do mesmo casino há anos. A única diferença é o teor do conteúdo dos anún-

cios, que antes não eram provocadores”, escreveu, por exemplo, Jeff Hessney.

### Coimas podem chegar a mais de dois mil contos

As infrações aos dispostos do Código de Publicidade (CP) constituem contraordenação, punível com coimas ou sanções acessórias, sendo a sua aplicação da competência da autoridade reguladora, no caso a ARC.

No caso em questão, por violação do artigo 7o do CP, a coima pode ir de 700 contos a dois mil contos, por ser pessoa colectiva. Já por violação do artigo 23 a coima varia entre 700 a 800 contos. Acumulado, e no caso de ser aplicada a coima, o valor pode chegar a dois mil e oitocentos contos.

As sanções acessórias, entendendo-se necessárias, podem ir desde a apreensão de objectos utilizados na prática

das contraordenações, interdição temporária, até dois anos, de exercer a actividade publicitária, privação de subsídio ou benefícios outorgados por entidades ou serviços públicos, entre outros.

“Em casos graves ou socialmente relevantes, pode a entidade competente determinar a publicidade da punição por contraordenação, a expensas do infrator”, lê-se no ponto 4 do artigo 61º do CP.

PUB



**Navegue sem intermediários**  
**www.anacao.cv**



# Manual de Língua Cabo-verdiana suspenso por decisão do Tribunal

O manual de Língua e Cultura Cabo-verdiana do 10.º ano, considerado ilegal e que mereceu um pedido de intervenção junto da Procuradoria Geral da República, foi suspenso e retirado do mercado.

A Nacao



A informação foi avançada à imprensa, na terça-feira, 16, pelo poeta e escritor José Luiz Tavares, um dos principais críticos do referido manual, quando se preparava para entregar, no tribunal da 1.ª instância, no Palácio da Justiça, na Praia, uma providência cautelar para a suspensão do mesmo.

Um dos pontos que gerou controvérsia à volta do manual é a utilização da chamada norma pandialetal, que, segundo explicou, resulta de uma tentativa de padronização não prevista na lei, baseada em variantes minoritárias do Barlavento, em detrimento do alfabeto oficial, o ALUPEC, aprovado em 2009 e de uso obrigatório nos manuais escolares.

## Respeitar a lei

Para Tavares, a melhor forma de ensinar a Língua

Cabo-verdiana é, em primeiro lugar, respeitar a lei e seguir o estabelecido no decreto-lei que introduz a língua.

A Constituição da República, segundo recordou o escritor citado pela Inforpress, reconhece o cabo-verdiano como língua oficial “em construção”, assim como a lei da defesa do património cultural a define como fundamento da soberania nacional, a par do povo, do território e das instituições políticas.

“Nenhum técnico ou linguista, por via de um atalho, pode modificar a feição natural da língua cabo-verdiana, a sua ortografia ou grafia instituída por lei”, afirmou, lamentando que durante seis meses a contestação de escritores e académicos não tenha sido ouvida.

## Retirada online

Apesar da suspensão formal, alertou Tavares, o manual continua disponível online, pelo que exige a sua retirada imediata, bem como a destruição dos exemplares impressos, sublinhando que “não pode ser usado em nenhuma escola, sob pena de virem a responder perante a lei”.

Ainda que o escritor reconheça a experiência de introdução do manual no 10.º ano como um passo, considera que só poderá ser utilizado se for retirada a norma pandialetal.

O poeta defende que cada aluno deve ser ensinado, em primeiro lugar, na sua variedade linguística, por razões de identidade e reconhecimento imediato, frisando que a lei não permite a criação de uma única norma.

## Procura de consensos

Por meio de um comunicado publicado na terça-feira, o Ministério da Educação disse que “decidiu suspender a distribuição do manual”, e justificou a decisão como sendo “um gesto de abertura ao diálogo técnico-científico” e “moderação na busca por soluções abrangentes”. Contudo, recorde-se que quem suspendeu foi o Tribunal e não o referido ministério, ao contrário do que o mesmo quer fazer crer.

“O ministério da Educação não adopta uma postura dogmática, não alimenta polémicas que possam desviar o foco do essencial: as reformas educativas e a melhoria contínua da qualidade do ensino”, referiu.

Lembrou, por outro

lado, que a disciplina em causa e seus materiais têm carácter experimental, e que a sua introdução no currículo do ensino secundário visa contribuir para a criação de condições para a oficialização da língua cabo-verdiana.

“Diante do posicionamento radicalizado de alguns cidadãos, o ME entende que não deve contribuir para o aumento de tensões”, assegurou.

José Luiz Tavares não é o único linguista a erguer-se contra o manual. Marciano Moreira também tem criticado a sua utilização, pelo uso da norma pandialetal, que, no seu entender, mata as variantes do sul (Brava, Fogo e Santiago), falado por cerca de 2/3 da população do país.



**O SEU VERÃO NÃO ESPERA.  
O SEU CRÉDITO TAMBÉM  
NÃO PRECISA ESPERAR.**



Conheça as soluções de financiamento do Banco Interatlântico em [www.bi.cv](http://www.bi.cv). Para mais informações, fale connosco através do email [parceiros@bi.cv](mailto:parceiros@bi.cv) ou pelos contactos +(238) 260 2546 / 436 5774 (dias úteis, das 8h às 15h).

São Vicente em habitação

# A engrenagem clandestina que resiste à chuva e à vergonha

Em São Vicente, a chuva de 11 de Agosto, que ceifou vidas e expôs a fragilidade urbana da ilha, trouxe à tona uma realidade que há muito se arrasta entre os becos da informalidade e os corredores da impunidade: a proliferação de construções clandestinas, bairros de lata e uma rede silenciosa de arrendamentos ilegais que desafia o Estado e alimenta uma economia paralela.

João A. do Rosário

A Câmara Municipal de São Vicente, presidida por Augusto Neves, anunciou a demolição de 36 casas de lata, num gesto que parece mais simbólico do que estrutural. Afinal, segundo dados do V Recenseamento Geral da População e Habitação, a ilha alberga mais de 1.700 casas de lata – mais de metade das existentes em todo o país. E há quem fale em mais de dois mil núcleos precários, como já reportado pelo A NAÇÃO.

Mas é de se questionar, o que está por detrás desta

persistência de vários anos, por que razão, mesmo após realojamentos sociais recentes, as casas de lata continuam a surgir nos mais variados recantos da clandestinidade da ilha...

Após as chuvas, o Governo realojou dezenas de famílias no Complexo Rozar, em Ribeira de Julião. Casas com dois quartos, com água e electricidade. Um gesto digno, sem dúvida. Mas incompleto. Porque, como denunciam moradores e técnicos, não há qualquer plano de demolição obrigatória das antigas habitações

clandestinas. E é aí que o ciclo se perpetua há anos, já que não é de hoje que o poder público procura enfrentar o problema das construções clandestinas. Por cada família contemplada com uma habitação social, dez outras, ou mais, parecem surgir...

Recentemente, várias dessas casas de lata, outra ocupadas pelos beneficiários das novas moradias, são agora arrendadas a terceiros. Por vezes, por valores que ultrapassam os 10 mil escudos mensais. Os antigos donos tornam-se senhores



José Carlos da Luz

informais, lucrando com a miséria alheia, e, como não há fiscalização eficaz, o negócio floresce.

José Carlos da Luz, vereador da Proteção Civil, reconhece o problema: “Há pessoas que estão a aproveitar-se da miséria e necessidade da população para fazer casas de lata e arrendar a outras mais necessitadas”.

Nos bairros periféricos do Mindelo – Espia, Fonte de Mestre, Ribeira Bote, Ribeirinha, Vila Nova, Madeiralzinho, Chã de Alecrim – o

que não falta são casas clandestinas alugadas. Algumas servem de habitação, outras de armazém, outras ainda de espaços para actividades informais. A informalidade é a regra, não a excepção.

## A engrenagem política e o silêncio cúmplice

Há quem diga, entretanto, que a verdadeira “máfia” não está nos bairros, mas nos gabinetes. Que os tambores distribuídos à população para erguer casas de



Nelson Faria

lata não são fruto da solidariedade, mas da conveniência política. Que os mesmos que prometem erradicar a precariedade são os que por vezes a alimentam, com gestos populistas e ausência de escrutínio.

Nenhum dos políticos envolvidos neste processo tem ficha limpa, dizem os moradores. E o povo de São Vicente sabe disso. Mas a denúncia morre na esquina, abafada pelo medo, pela dependência e pela normalização da ilegalidade.

Diante do que ficou à vis-

ta de todos, com a tragédia de 11 de Agosto, a A Câmara Municipal promete agora uma “fiscalização mais eficiente e permanente”. Mas o histórico não inspira confiança. As medidas são episódicas, reactivas, e muitas vezes travadas por interesses obscuros. A retirada de energia eléctrica das casas clandestinas é uma medida tímida, que não resolve o problema de fundo: a ausência de uma política habitacional coerente, com erradicação sistemática das construções ilegais e responsabi-

lização dos infratores.

### O Estado ausente e o mercado paralelo

A crise habitacional em São Vicente não é apenas uma questão de pobreza. É também uma questão de ausência de planeamento urbano, de falta de alternativas reais, de permissividade institucional. Enquanto não houver um pacto social sério, como chegou a defender o próprio Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva, a ilha continuará a viver entre

o improvisado e a indignidade.

A economia paralela da habitação clandestina movimenta milhares de escudos por mês. E ninguém paga impostos. Ninguém assina contratos. Ninguém responde judicialmente. É um mercado invisível, mas palpável. E é alimentado pela negligência do Estado.

### A urgência de um novo paradigma

Além de casas com a mínima dignidade, São Vicente precisa de coragem políti-

ca, de fiscalização séria e de erradicação definitiva das construções clandestinas, de responsabilização dos que lucram com a miséria. Acima de tudo, de respeito pela dignidade humana.

Nelson Faria, analista urbano, lança o desafio: “A expansão desenfreada das casas de lata na ilha deve ser estudada e medidas consequentes devem ser adotadas. Como? Porquê? Onde? Quem são as pessoas? Quais as razões e factores?”



Brasil

# Bolsonaro condenado a 27 anos e três meses de prisão



Logo após a decisão da Primeira Turma do STF, as reacções não se fizeram esperar, com a defesa a considerar as penas “absurdamente excessivas e desproporcionais”, revelando ir recorrer, inclusive, para instâncias internacionais.

O ex-presidente brasileiro foi condenado por quatro votos a favor e um contra, pelos elementos da Primeira Turma do STF. E esta é a primeira vez na história do Brasil que um ex-presidente é condenado por golpe de Estado. Bolsonaro foi condenado pela tentativa de se manter no poder depois de perder as eleições de 2022 para Luíz Inácio Lula da Silva.

Dos cinco juízes do STF, Carmen Lúcia, Flávio Dino,

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou na passada quinta-feira o ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado e mais quatro crimes, logo depois do resultado das eleições de 2022. Bolsonaro terá de cumprir a pena inicialmente em regime fechado, mas o que se espera é que os seus advogados solicitem o cumprimento da pena em prisão domiciliar, alegando problemas de saúde.

Joaquim Arena

Alexandre de Moraes e Cristiano Zin votaram a favor da condenação. O juiz Fux votou pela anulação do processo e absolvição do ex-presidente.

A mesma votação também se registou na condenação dos outros sete réus, julgados na acção penal, de 4 a favor e 1 contra. A outra consequência da condenação, para além da pena de prisão, é o efeito de

inelegibilidade dos réus durante um período de até oito anos, após o cumprimento das penas.

A condenação de Jair Bolsonaro é vista como um novo capítulo na relação difícil entre o ex-presidente e o STF, depois dos embates durante o seu mandato (2019-2022) sobre temas como a pandemia e a liberdade de expressão.

Para além disso, esta decisão do STF, é também uma vitória de Alexandre de Moraes, relator do caso e principal visado por Jair Bolsonaro, que viu as suas posições confirmadas pela maioria da Primeira Turma do Supremo. É um golpe duro também para a base política bolsonarista no congresso, que vinha procurando obter uma amnistia para Bolsonaro

e outros condenados, por tentativa de mudar o Estado de direito democrático no Brasil. E, para os observadores internacionais, é a resposta final às ameaças do presidente americano, Donald Trump, e ao aumento das tarifas sobre importações do Brasil, justificadas pelo processo judicial contra o seu amigo Bolsonaro. Isto para além das sanções decretadas pela administração americana contra o juiz Alexandre de Moraes.

Jair Bolsonaro foi ainda condenado ao pagamento de 124 dias-multa, em que cada um desses dias equivale a dois salários mínimos na época da ocorrência dos factos pelos quais foi condenado.



GRUPO IMPAR

# SEGURO ESCOLAR IMPAR

IMPAR  
seguros

O **Seguro Escolar IMPAR** é uma **proteção** importante para o **seu filho** durante as atividades escolares, ao longo do ano letivo, garantindo a cobertura de **Morte, Invalidez Permanente e Despesas de Tratamento**, derivados de acidentes sofridos, bem como outros **benefícios**.



No regresso às aulas  
proteja quem mais gosta!

[www.impar.cv](http://www.impar.cv)

LINHA GRÁTIS  
800 2000  
[comercial@impar.cv](mailto:comercial@impar.cv)  
[sinistro@impar.cv](mailto:sinistro@impar.cv)

## Justiça pós-colonial

# O regresso dos chagossianos às suas ilhas do Índico

**M**as a vitória só poderá ser concretizada com a reconstrução das casas abandonadas pelos pais e avós - para aqueles que ali pretendam viver - pelas crianças que vierem a nascer nas ilhas, em cada pedra erguida. Tudo terá ainda de ser feito numa longa jornada, cheia de incertezas, para além de pressões estratégicas e desafios ambientais - que na época da expulsão dos habitantes ainda não se colocavam nestas ilhas.

A imprensa internacional destacou o resultado do voto, no parlamento britânico, que por 330 votos a favor e 174 contra, passa a soberania das ilhas Chagos para as Maurícias, com exclusão da ilha de Diego Garcia, onde o Reino Unido e os Estados Unidos mantêm uma base militar, por 99 anos.

O acordo prevê, igualmente, um apoio financeiro importante ao governo das Maurícias e à comunidade chagossiana. E para esta população residente nas Maurícias é um sonho que se torna realidade, poderem regressar, finalmente, às ilhas, à sua terra natal. Um voto britânico que abre todas as esperanças e chega como o alívio final, depois de décadas de luta jurídica. Uma decisão que tem por detrás uma longa história de dor e sofrimento. Em 1965, três anos antes da independência das Maurícias, O Reino Unido separou as ilhas Chagos do território mauriciano.

O arquipélago fica situado a 2300 quilómetros de Port-

A decisão do parlamento britânico do dia 9 deste mês, aliada aos pareceres dos tribunais internacionais e resoluções da ONU abrem uma porta que muitos julgavam trancada para sempre para os habitantes das ilhas Chagos, depois de expulsos da sua terra, no oceano Índico, há mais de 50 anos. O desafio mantém-se, pois por essa porta terá agora de entrar para além da soberania, a dignidade, o direito, a vida e o futuro para os chagossianos.

Joaquim Arena

-Louis, a capital das Maurícias. E por solicitação dos Estados Unidos, os britânicos expulsaram do território todos os seus habitantes para instalar ali uma base militar em Diego Garcia, no coração do oceano Índico. Assim, mais de dois mil chagossianos foram expulsos para as Maurícias e as Seychelles. E é com enorme júbilo e alguma impaciência que a população

dispersa, há mais de meio século, aguarda agora o regresso às suas ilhas ancestrais.

Para os naturais, ainda vivos, chega ao fim um exílio forçado de 58 anos, já que o primeiro grupo de chagossianos expulsos data de 1967, um ano antes da independência das Maurícias, ao qual Chagos pertencia. Outra das reivindicações dos habitantes é o seu direito de po-

derem também trabalhar na base militar de Diego Garcia, à imagem de muitos empregados filipinos, srilankeses, singapurianos e de outras origens que ali trabalham.

Porém, o acordo é contestado por dois chagossianos, Berdardette Dugass e Bertrice Pompe, que interpuseram um recurso na justiça. Estes acusam o governo britânico de ter tomado essa “deci-

são importante sem qualquer consulta”, para além de levantarem dúvidas sobre a capacidade das autoridades mauricianas em “agir no interesse dos chagossianos, tendo em conta o mau tratamento em relação a esta população”.

No entanto, o recurso não teve qualquer provimento. Em resposta, Bertrice Pompe, disse não aceitar “colocar os seus direitos nas mãos das Ilhas Maurícias.” E concretizou: “Nós, chagossianos, consideramo-nos como um povo autóctone, que nada tem que ver com os mauricianos: temos a nossa própria língua, o nosso crioulo nem sequer é o mesmo das Maurícias. As nossas tradições culinárias, as nossas danças... é tudo diferente!”



# Entre provas e palavras - Cabo Verde, Brasil, Nepal e os sinais vitais da democracia



Karina de Fátima Gomes\*

Nesta semana (no dia 15 de setembro) celebrou-se o Dia Internacional da Democracia: um lembrete de que a cidadania não cabe apenas no ritual do voto. A data é assinalada desde 2008, após resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas de 2007.

Os recentes acontecimentos no Nepal, onde protestos anticorrupção liderados sobretudo por jovens degeneraram em violência (com pelo menos 72 mortos), levaram à renúncia do primeiro-ministro K. P. Sharma Oli e à nomeação, a 12 de setembro, de Sushila Karki como primeira mulher a chefiar um governo interino, que prepara eleições para 5 de março de 2026. Esses episódios mostram como as democracias podem ser testadas e, ainda assim, buscar saídas institucionais.

Cabo Verde, por sua vez, é reiteradamente reconhecido como uma das democracias mais sólidas de África por índices internacionais (International IDEA – Global State of Democracy 2025; Freedom House – Freedom in the World 2025; EIU – Democracy Index 2024, score 7,58).

Em Cabo Verde, país de ilhas e diásporas, a democracia ganha corpo no dia a dia: quando ouvimos o outro, pedimos contas ao poder, cuidamos do que é comum e transformamos desacordo em diálogo. Democracia madura não teme a crítica; organiza-a. É o que Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (autores de *Como as Democracias Morrem*) chamam de “guarda-corpos” informais: tolerância mútua (reconhecer o adversário como legítimo) e autocontenção (não usar o poder “até à última gota”). Sem esses freios

culturais, a erosão acontece por dentro das instituições, não com tanques, mas com gestos quotidianos que desfiguram regras e costumes. A boa notícia é que os mesmos hábitos que desgastam a democracia também podem fortalecê-la.

Vale, ainda, recordar o debate de Crises da Democracia: no diagnóstico clássico (Crozier, Huntington e Watanuki), a pressão de expectativas sociais sobre um Estado de resposta limitada pode criar “ingovernabilidade”; já Adam Przeworski sublinha, hoje, como desigualdade persistente, frustração com resultados e erosão da confiança abalam regimes democráticos. Em comum, uma lição: vitalidade democrática depende de regras e instituições, mas também de resultados e confiança.

Aqui, a literatura é mais do que ornamento: é treino de cidadania. Como lembra o crítico brasileiro Antonio Candido, a literatura é “direito humano”, porque nos dá linguagem para existir no espaço público (e para consciencializar pessoas, construir pensamento crítico, provocar reflexão). Outro brasileiro, Paulo Freire, ensinou que educar é dialogar: ler o mundo para ler a palavra. E quando a periférica Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo*, escreve o quotidiano da fome e da exclusão, ela não pede licença: entra na esfera pública e alarga a conversa democrática para incluir quem ficou à margem. Esse gesto é valioso nas nossas ilhas: diversidade social não é ruído, é dado.

Também por isso importa cultivar o desacordo civilizado. Lima Barreto, em *Triste*

Fim de Policarpo Quaresma, ridicularizou nacionalismos vazios e a tentação de confundir amor ao país com intolerância. A sátira não destrói a pátria; desmonta ídolos autoritários. E quando a história pesa, Graciliano Ramos lembra, em *Memórias do Cárcere*, que o testemunho é antídoto contra retrocessos: memória partilhada é vacina institucional.

Num arquipélago espalhado pelo mundo, literacia mediática é tarefa de todos. As redes aceleram informação e desinformação. Ferreira Gullar, em *Poema Sujo*, escreveu em exílio a urgência de nomear a realidade, e nomear é o primeiro passo para não ser manipulado. A cada afirmação, perguntemos: qual a fonte? qual o dado? O espírito democrático exige mais do que paixão: pede provas.

Partidos e instituições também têm o seu exame de consciência. Levitsky e Ziblatt sublinham o papel de porteiros (gatekeepers): cabe aos partidos filtrar lideranças que insultam regras, normalizam violência ou ameaçam liberdades civis. Regras internas claras, transparência e formação cívica não são luxo: são prevenção. E prevenção é mais barata do que reconstrução. Como metáfora de um sistema imunitário que reage para preservar o corpo democrático, vale lembrar o recente julgamento que tornou Jair Bolsonaro inelegível até 2030 por abuso de poder e ataques ao sistema eleitoral, sinal de que instituições, quando funcionam, corrigem os seus desvios.

A juventude é agora. Projetos de leitura, ciência cidadã, orçamentos participati-

vos juvenis e cultura de bairro criam hábitos democráticos. A autora brasileira Conceição Evaristo chama de “escrivência” a entrada das narrativas de mulheres negras no centro do texto: participação política em linguagem estética. Nos bairros periféricos de São Paulo, Sérgio Vaz e a Cooperativa (Cooperativa Cultural da Periferia) provaram que saraú é assembleia: microfone aberto como exercício de voz pública. Em Cabo Verde, bibliotecas, clubes de leitura e coletivos culturais podem cumprir a mesma missão: do Mindelo à Praia, do Tarrafal a Santa Catarina.

Democracia também precisa de imaginação. Nélida Piñon, em *A República dos Sonhos*, costura migrações e pertenças: quem parte continua a pertencer. Essa é uma chave cabo-verdiana por excelência. A diáspora não é perda; é extensão do parlamento da vida. E Chico Buarque, entre o teatro e o romance, lembra que a alegoria ajuda a falar de censura, poder e liberdade quando o literal fica estreito, a arte abre claraboias num quarto abafado.

No fim, o teste é simples e difícil ao mesmo tempo: informar-se bem, participar, dialogar com respeito, apoiar o que é local e cuidar do espaço comum (do bairro à praia). Se a erosão democrática é um processo, a sua defesa também o é: pequenas decisões consistentes que, somadas, criam instituições confiáveis e uma cultura de confiança. Democracia não é um evento; é um hábito, e, nas ilhas e na diáspora, em Cabo Verde, no Brasil ou no Nepal, começa na forma como escutamos e respondemos uns aos outros.

*Democracia não é um evento; é um hábito, e, nas ilhas e na diáspora, em Cabo Verde, no Brasil ou no Nepal, começa na forma como escutamos e respondemos uns aos outros.*



Julio C. de Carvalho\*

# Orgulho, inclusão e gratidão

East Middle School, Brockton, Massachusetts, EUA

Depois de muitos anos a trabalhar em diferentes escolas públicas no estado de Massachusetts, e também em universidades, senti que era tempo de dar um passo especial na minha jornada. Escolhi Brockton, uma cidade onde um terço da população é cabo-verdiana. Foi uma decisão de coração: em vez de criticar à distância, quis estar presente, envolver-me e ajudar a “guiar” os jovens cabo-verdianos no caminho do sucesso aqui nos Estados Unidos.

Logo nos primeiros dias na East Middle School, percebi algo diferente. O ambiente era acolhedor, e a diversidade refletia-se em rostos diversos, respeitados e valorizados. Cada cultura tinha espaço, cada voz encontrava eco. Para alguém como eu, que acredita no poder da educação como ponte entre mundos, essa experiência foi profundamente emocionante.

Mas houve um episódio marcante que guardarei para sempre. Quando soube que Cabo Verde iria jogar contra os Camarões numa partida histórica que poderia levar

a nossa seleção, pela primeira vez, à Copa do Mundo, aproximei-me da direção da escola. Expliquei-lhes o significado desse jogo para nós, cabo-verdianos, e para a nossa diáspora. A resposta foi imediata e generosa: sem hesitar, decidiram projetar o jogo em grande ecrã, no auditório.

O que aconteceu a seguir foi indescritível. O auditório encheu-se de alunos, muitos deles cabo-verdianos, mas também de amigos de várias origens que aplaudiam sem parar as façanhas dos Tubarões Azuis. Todos juntos, vibravam, sentiam orgulho e celebravam Cabo Verde. Aquela união, aquele reconhecimento e respeito pela nossa cultura, foi algo que ficará gravado na minha memória.

Cabo Verde, que já conquistou o mundo através da voz imortal de Cesária Évora, pode agora escrever uma nova página ao alcançar a Copa do Mundo, justamente no marco dos 50 anos da independência. Seria histórico: depois da música, o futebol revelaria ao planeta a nossa cultura, a morabeza e a be-

leza do nosso povo. Mostraríamos a tabanca, o carnaval, as festas tradicionais, a cachupa e o cuscuz, a “djagacida”, pasteis de milho, modje de São Nicolau, as paisagens paradisíacas, e sobretudo a imagem de um país democrático e estável. Quando o futebol colocar Cabo Verde no olhar do mundo, o turismo será o grande vencedor, impulsionando a nossa economia. E, se esse turismo for bem organizado, o triunfo será de todo o país e de cada cabo-verdiano.

Foi precisamente essa visão de grandeza e de respeito pela diversidade cultural que a liderança da East Middle School evidenciou através de um gesto simples, mas profundamente simbólico: permitir que alunos de mais de vinte nacionalidades assistissem ao jogo, despertando, em seguida, a curiosidade sobre Cabo Verde. Ao criar esse espaço de celebração coletiva de um momento histórico para o nosso país, demonstraram que a inclusão vai muito além de um discurso inspirador, é ação concreta, atitude consciente e compromisso real com

as comunidades que serve.

A liderança da East Middle School reforçou a minha convicção de que é possível construir um Estados Unidos mais justo e inclusivo, onde cada cultura encontra o seu espaço na grande narrativa deste país.

Quero, antes de tudo, felicitar os Tubarões Azuis pela grande vitória, bem como todos os cabo-verdianos e amigos que conosco partilharam este triunfo simbólico. Acima de tudo, deixo um sincero agradecimento à liderança da East Middle School, que soube reconhecer que pequenos gestos podem gerar grandes impactos. Brockton tem, de facto, uma escola que se destaca como exemplo de humanidade, respeito e visão global, e sinto-me profundamente honrado por fazer parte desta comunidade académica.

**\*O Professor Doutor Julio C. de Carvalho é um académico e docente cabo-verdiano nos Estados Unidos, dedicado à educação, à liderança comunitária e ao fortalecimento dos laços entre Cabo Verde e a sua diáspora.**



Francisco Fragoso\*

# Para estudar e refletir, de modo consentâneo

Ao longo da história humana pôde-se observar que aos períodos de procura da regularidade, harmonia e proporção, que desde a Grécia de Péricles, Platão e Aristóteles chamamos de períodos clássicos, sucede um período extravagante, iconoclasta, espalhafatoso, que rompe com as tradições.

A estes períodos barrocos, românticos ou pós-modernos sempre segue um novo período clássico a tentar recompor a harmonia global. Mas é precisamente nos períodos clássicos que os “deuses” se opõem a ceder o poder.

Adolf Hitler chegou ao poder em 1933 e em poucos meses desmantelou a democracia, tornando-se ditador (Fuher).

Em 1938 anexa a Áustria enquanto o ocidente olhava para o outro lado, assinando um pacto de não-agressão com Hitler que o autorizava a invadir a Checoslováquia. Joseph Stalin assina o pacto Nazi-Soviético no que repartem a Polónia entre os dois.

Esses pactos foram manobras de distração, pois em 1940, os soldados alemães já controlavam praticamente todo o continente e

estavam às portas de Moscovo.

OH! OH! Hélas, não aprendemos muito, agora, num novo período clássico ou neomodernista, estamos a repetir a história e temos um Hitler em Moscovo e um Stalin em Washington, auxiliados por um Mussolini no Oriente Médio, um Franco na Argentina, e uma plêiade de aspirantes a Salazares distribuídos por todo o mundo, designadamente na Europa, que vão causar muito sofrimento!

Hitler, um artista frustrado, manipulou a música de Wagner

para a transformar em uma arma cultural secreta. Putin parecia seguir os seus passos com o grupo Wagner, mas foi sepultado às pressas e as musiquetas que restam são demasiado banais para levar à reflexão. Auguro que o final de ambos não será muito diferente.”

OH! NHÔR DÊS DI CÊU Y MAR! MUNDO BEMBA KA PUR'SII!

BROCKTON/BOSTON (USA), AGOSTO 2025

**\*Médico & Humanista**

# Cabo Verde atolado no pântano da Lei de Murphy



João Serra\*

A Lei de Murphy é um adágio popular que afirma: “Tudo o que puder dar errado, dará errado”. Terá sido criada em 1949 pelo engenheiro aeroespacial Edward A. Murphy Jr. e expressa, de forma irónica, a tendência de os problemas ocorrerem no pior momento possível, tornando-se um lembrete – também irónico, mas útil – de que falhas são inevitáveis sempre que existe a possibilidade de erro. Em essência, recorda-nos que, quando existe essa possibilidade, é prudente preparar-se para as falhas e as suas consequências.

A história recente de Cabo Verde parece saída de um manual de má governação, onde a famosa Lei de Murphy encontra terreno fértil para se materializar: tudo o que podia correr mal, correu invariavelmente mal. Não se trata de azar nem de circunstâncias inevitáveis, mas sim do resultado direto de uma forma de governar que assenta em prioridades distorcidas, na excessiva partidização da administração pública e no compadrio e nepotismo, em detrimento da seriedade institucional e da competência técnica. Quando um Governo se fecha sobre si mesmo, apostando mais em proteger os seus “boys” e interesses privados opacos do que em defender o interesse público e servir os cidadãos, o destino torna-se inevitável: o país desliza para um pântano de decisões com consequências graves, incoerências e contradições. Em vez de políticas públicas estruturadas, assistimos a uma sucessão de medidas improvisadas, falhas administrativas e promessas vazias que fragilizam as instituições e descredibilizam a democracia.

Nos transportes aéreos, a companhia aérea nacional, que deveria ser motivo de orgulho e garante de coesão territorial, transformou-se num poço sem fundo de dívidas – que acabam sempre por ser pagas pelos cabo-verdianos –, improvisações e trapalhadas. A privatização, apresentada como solução salvado-

ra, revelou-se mais um fiasco, resultando em maior fragilidade financeira e operacional. A cada avaria de avião, a cada cancelamento de voo, a cada anúncio e recuo quanto ao Conselho de Administração, confirma-se a impressão de que não existe rumo nem estratégia. Hoje, a TACV é um exemplo paradigmático da Lei de Murphy aplicada à governação: tudo o que pode falhar, falha.

No transporte marítimo, a situação não é melhor. Em especial, as ilhas da Brava e do Maio viram-se isoladas por longos períodos, por falta de navios operacionais, enquanto contratos pouco transparentes e decisões políticas desastrosas estimulam a concessionária a não cumprir a sua função. Populações inteiras ficam reféns da ausência de ligações, condenadas a esperar por soluções que nunca se materializam. Mais uma vez, aplica-se a Lei de Murphy: se há um navio disponível, fica inoperacional; se há rota programada, é cancelada; se há promessa de melhoria, transforma-se em mais um problema. Trata-se de mais uma demonstração de como decisões apressadas e orientadas por interesses políticos imediatos geram prejuízos que acabam sempre por ser pagos pelos cidadãos.

A catástrofe natural que assolou São Vicente revelou outro lado desta mesma moeda: a impreparação e incapacidade do Governo em lidar com crises reais que afetam a vida das pessoas. A falta de meios e a desorganização na resposta a este desastre não foram exceção, mas regra. E isso é consequência, por um lado, de um Governo que insiste em gastar todos os recursos financeiros endógenos para alimentar e engordar a máquina administrativa do Estado numa dimensão nunca vista na história de Cabo Verde, criando inclusive estruturas praticamente sem serventia para acomodar os “boys”, em vez de investir em infraestruturas de ordenamento do território e na construção de habi-

tações acessíveis. Por outro lado, a situação em São Vicente resulta de anos de enfraquecimento institucional, durante os quais a fiscalização governamental do cumprimento da legislação municipal deixou de funcionar, bem como da inexistência de diversos elementos fundamentais no que se refere à capacidade de prevenir, gerir e responder a crises. Tudo isso torna o sistema de resposta a emergências estruturalmente frágil e altamente vulnerável a perdas humanas, sociais e económicas em caso de catástrofe. Quando a prioridade não é garantir serviços públicos eficientes e a preparação para emergências é negligenciada, o resultado é sempre o mesmo: caos e sofrimento para a população.

Somam-se ainda os problemas persistentes nos serviços básicos de eletricidade e água, que agravam a sensação de desgoverno e descaso. Em especial na Cidade da Praia, cortes frequentes de energia elétrica voltaram a tornar-se parte do quotidiano, afetando famílias e pequenos operadores económicos, que veem a sua vida suspensa entre apagões sucessivos. A eletricidade – que deveria ser um serviço garantido num país que se quer moderno e competitivo –, é tratada quase como um luxo instável, sempre à mercê de falhas técnicas e má gestão. O mesmo se aplica à água, cuja escassez e distribuição irregular continuam a penalizar milhares de cidadãos, sobretudo na ilha de Santiago. Famílias inteiras são forçadas a viver com torneiras secas, ou com água cuja qualidade constitui risco para a saúde pública, enquanto o Governo anuncia projetos grandiosos que raramente se traduzem em soluções práticas. Mais uma vez, a Lei de Murphy impõe-se: quando há promessas de investimento, a execução falha; quando aumenta a capacidade de produção energética, os apagões multiplicam-se por falhas de manutenção e falta de peças de reposição; quando há mais água,

faltam redes de distribuição.

Enquanto isso, o Governo tenta manipular a perceção pública através de uma propaganda intensa e descarada. Constrói-se uma narrativa que nada tem a ver com a realidade que os cabo-verdianos vivem no dia-a-dia, tentando transformar falhas em conquistas, promessas em factos, anúncios em soluções já concretizadas, como se a repetição bastasse para converter mentira em verdade.

A situação ora descrita cria a sensação de que estamos atolados num verdadeiro pântano político. O país não avança porque cada passo se transforma num tropeço, cada decisão em contradição e cada promessa em frustração.

Em vez de liderar com visão e responsabilidade, o Governo parece contentar-se com a gestão do imobilismo, confundindo estabilidade com estagnação. A estabilidade não se mede pela propaganda: mede-se na vida real das pessoas, e essa está cada vez mais difícil.

Até quando os cabo-verdianos aceitarão viver num país onde cada erro é desculpado como fatalidade, onde cada falha é atribuída a fatores externos, onde a incompetência é mascarada de estabilidade e a propaganda vendida como verdade?

O pântano em que nos encontramos não é inevitável, nem natural. É o resultado direto de escolhas políticas, de prioridades invertidas e de uma arrogância que já não pode ser tolerada.

A Lei de Murphy não é destino; é o reflexo cruel de um Governo que falhou e continua a falhar. Enquanto não houver humildade para reconhecer os erros e coragem para corrigir o rumo, Cabo Verde continuará a ser o retrato vivo de como tudo o que pode correr mal, corre mesmo mal.

Praia, 13 de setembro de 2025

\*Doutorado em Economia/  
Blog: [www.economianaserra.blogspot.com](http://www.economianaserra.blogspot.com)

*A história recente de Cabo Verde parece saída de um manual de má governação, onde a famosa Lei de Murphy encontra terreno fértil para se materializar: tudo o que podia correr mal, correu invariavelmente mal. Não se trata de azar nem de circunstâncias inevitáveis, mas sim do resultado direto de uma forma de governar que assenta em prioridades distorcidas, na excessiva partidização da administração pública e no compadrio e nepotismo, em detrimento da seriedade institucional e da competência técnica.*



## “Avaria anormal”

Praia de Santa Maria voltou nas últimas três semanas a ser a cidade mais africana de Cabo Verde. O que mais se ouve é o ruído dos geradores a trabalhar, a fazer o que a EDEC, ou melhor, a Electra, não consegue: dar-nos aquela energia para enfrentar o calor, os mosquitos e o lixo. Mas, graças a Deus, o país tem o ministro Alexandre Monteiro para nos prometer que “dentro de poucos” dias teremos de volta energia, porque o Governo a que pertence está a trabalhar contra a “avaria anormal” que tomou conta dos três grupos de geradores da EDEC. Imagine-se se fosse “avaría normal”...



## Trauma

A odisséia dos cortes de luz diários na cidade da Praia tem deixado a população traumatizada com crises de ansiedade e falta de esperança nos anúncios de que a “avaría anormal” vai ser logo reparada para a felicidade de todos nós. Quando há luz, o coração fica apertado a esperar quando a trégua termina; e se a luz é cortada, é contar os minutos para a retoma. Para além dos constrangimentos a nível do trabalho, do calor, dos produtos no frigorífico que se estragam e até dos eletrodomésticos danificados, a situação actual pode se tornar num grave problema de saúde pública. As autoridades de saúde que se preparem.

## 5G

ZIG ouviu dizer que Cabo Verde terá, ainda este ano, internet 5G, e até ficou muito feliz. Não querendo ser estraga-prazeres, gostaria de lembrar que para usar o tão sonhado 5G vai ser preciso ter energia para carregar o telemóvel ou computador, coisa escassa nos últimos dias. E ainda que uma coisa pareça não ter ligação com a outra, ter água na torneira também é essencial. Afinal, nada como sentar no sofá após um bom banho, com o ar condicionado ligado e se conectar - não para consultar o calendário de cortes, para assistir Netflix, tudo em 5 G. Pensem nisso, se não for pedir muito.

## A oposição que se prepare!

Em meio a discussões sobre ilhas feitas de ribeiras, terrenos da Babilónia, viagens aéreas que não se concretizam, chegada de ATR's, picardias políticas, Praia “sem luz” e guerra de thugs na pedonal do Platô, eis que surge Abraão Vicente (aka Korpu Rixu) com trajes tradicionais da cultura chinesa Hanfu, preparando para sabe-se lá Deus o quê! ZIG não sabe do que se trata, mas que Korpu rixu, que agora também pode ser chamado Mestre Vih Xenti, está a preparar-se para algo. Pelo olhar, pela forma como mostra o pau, Abraão parece sob os efeitos do detergente Cintila, “pesod e concentrod!”.



## A ambulância de Instagram

A Câmara de São Vicente publicou a foto da nova ambulância com direito a pompas, filtros e legendas triunfais. Um verdadeiro desfile institucional: veículo reluzente, fundo estratégico, ângulo heroico. Faltou apenas o tapete vermelho e o drone. Mas eis que chega o momento da verdade – uma chamada de emergência. E o que responde o serviço municipal? “Não temos condutores disponíveis”.



## Serviço público

Três semanas após a denúncia do ZIG, as duas vigas metálicas de 20 mm, que aparecem na imagem – autênticas ameaças aos pneus distraídos e apressados – já lá não estão, foram removidas. Agora só resta o asfalto, situação que deveria ser motivo de satisfação geral. Mas, nem os pneus bateram palmas nem os amortecedores respiraram de alívio. É que quem de direito – também distraído e apressado – esqueceu-se de tapar os buracos, forçando os condutores a um ziguezaguear permanente, mantendo-os expostos a riscos de acidentes. Bem que o ZIG gostaria de ver trabalho bem feito, mas parece que os senhores da CMP gostam de fazer tudo pela metade.



**GARANTIA**  
SEGUROS

**GARANTA  
UMA PROTEÇÃO  
ESTRATÉGICA.**

Destinado a empresas, embaixadas, associações, comércio e serviços, médicos, advogados, entre outras atividades profissionais, o Garantia Multirrisco Profissional tem múltiplas vantagens para médias e grandes empresas, bem como para outras organizações.

**Juntos, para que as parcerias estratégicas não parem.**

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.  
[garantia.cv](http://garantia.cv)    

**GARANTIA  
MULTIRRISCO  
PROFISSIONAL**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,  
C.P. 138 – Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • [www.garantia.cv](http://www.garantia.cv)  
Telefone: (238) 260 86 00



# Etc.



Vítimas das enxurradas de São Vicente  
**Entre a exposição, o apoio e o  
marketing, onde fica a dignidade?**

Vítimas das enxurradas de São Vicente

# Entre a exposição, o apoio e o marketing, onde fica a dignidade?



Carla Palavra

Desde 11 de Agosto, devido à tempestade que se abateu sobre São Vicente, afectando mais de 250 famílias, muitas das quais que perderam tudo, temos assistido à divulgação, nas redes sociais, dos estragos, exibindo a miséria em que essas pessoas vivem, inclusive crianças. Entre a exposição, o apoio e o marketing, onde fica a dignidade?

Gisela Coelho

O debate é sensível, mas exige uma reflexão que nos inste, a todos, a questionar até que ponto vale tudo no que diz respeito a expor, divulgar ou exibir o sofrimento e a miséria alheia em nome da denúncia ou apelo por ajudas? Não haverá outras formas de fazer isso sem colocar em causa o direito à dignidade da pessoa humana?

Abordados sobre o assunto, os especialistas ouvidos por esta reportagem, à partida, se mostraram categori-

cos ao assumir que também se questionaram sobre esse impacto e a legitimidade em expor as vítimas e suas fragilidades, em nome da denúncia e apelo às ajudas nas redes sociais. Mas haveria, ou não, outra forma de o fazer?

## O perigo de reduzir as vítimas à tragédia que viveram

Numa análise pedagógica, a psicóloga Carla Palavra começa por observar que, entre conscientizar e

transformar o sofrimento em espectáculo, há uma longa distância, ou pelo menos deveria haver. Como refere, o imediatismo da situação acaba por não abonar a favor, por melhor que seja a intenção.

“Quando partilhamos imagens de pessoas em situações vulneráveis, é importante reflectirmos se com esse acto estamos verdadeiramente a dignificar essas pessoas, ou se corremos o risco de, em alguma medida, estar a reduzi-las à sua tragédia. Reconhecen-



Rânia e Maxwell foram transformados por via digital num cartoon

do que a exposição pode ser útil para mobilizar ajuda, ela pode também tornar-se problemática, na medida em que pode retirar às pessoas o controlo sobre a própria narrativa e ninguém deveria ter a sua pior hora transformada em conteúdo viral”, lamenta.

Nesse contexto, a nossa entrevistada lembra que a questão está longe de ser se devemos ou não mostrar, mas sim como mostramos essas fragilidades de terceiros.

“Parece-me que muitas

peças agiram a partir de uma intenção genuína de ajudar. Mas será que não existem formas de denunciar ou apoiar sem colocar rostos e histórias pessoais em primeiro plano? De mostrar a realidade, sem tirar a dignidade às pessoas? De informar sobre a situação sem expor a intimidade e a fragilidade do sofrimento?”, questiona Carla Palavra.

Até porque, como dá a entender, é necessário nos colocarmos no lugar do outro. “Imaginem acordar num dia qualquer e descobrir que a

nossa pior experiência de vida está a ser comentada por estranhos na internet. Que as nossas lágrimas viraram conteúdo. Que a nossa casa destruída é agora material para stories”, argumenta.

Um cenário que pode trazer consequências, a longo prazo, reduzindo a vida das vítimas à tragédia. “Isso pode fazer com que fique registado nessas pessoas que elas são vistas apenas pela sua tragédia, não pela sua humanidade completa. Pode despoletar sentimentos como a vergonha, a sensação de perda de controlo sobre a própria identidade e de que o seu valor está intimamente ligado ao sofrimento”, alerta a psicóloga.

#### “A menina da catástrofe”

Uma das faces mais visíveis da viralização da tragédia nas redes sociais foi a partilha de imagens de crianças a sorrir e a pousar para a foto em pleno cenário de tragédia. Exemplo disso, foi a foto da pequena Rania, de vestido vermelho, que correu mundo, tendo sido partilhada, comentada, vezes sem conta.

Esta menina não teria direito à sua privacidade? De que forma isto poderá ter impacto, mais tarde na sua vida, quando tomar consciência da situação? Esta especialista não tem dúvidas

que neste quesito, a menina devia ter sido protegida.

“Essa criança deveria ter tido a sua privacidade protegida. Uma imagem viral pode seguir uma pessoa para toda a vida. Daqui a 10, 15 anos, quando ela quiser construir a sua própria identidade, pode descobrir que já tem uma, a “menina da catástrofe”.

Além deste factor psicológico, há ainda a dimensão legal. “As crianças não podem consentir verdadeiramente a exposição mediática, cabe aos adultos protegê-las, não as transformar em símbolos. Essa imagem pode parecer ‘inspiradora’, agora, mas que peso terá na vida dela no futuro? Será que ela terá escolha sobre ser lembrada assim?”, questiona.

Aliás, na altura, o ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente – chamou atenção para a necessidade de protecção das crianças no contexto das enxurradas de 11 de Agosto, em São Vicente, alertando para os perigos do uso inadequado de imagens de crianças e adolescentes em campanhas de ajuda e solidariedade, devido ao risco de exploração por pessoas mal-intencionadas.

“No caso de menores, mesmo com a autorização dos pais, a exposição pública deve ser cuidadosamen-

te ponderada para não comprometer a segurança e dignidade das crianças”, alertou em comunicado.

Aquele instituto lembrou, inclusive, que a Constituição da República, o Código Civil e o Código Penal garantem o direito à imagem como um direito fundamental de personalidade, exigindo consentimento para a sua utilização.

#### Utilidade e consciência humanitária

Todavia, outro aspecto visível durante a tragédia de São Vicente é que a partilha das imagens sobre os impactos devastadores das enxurradas de 11 de Agosto, nas redes sociais, acabou por servir também para se perceber que muita gente não tinha noção da miséria em que muitas famílias viviam em São Vicente, ou que essa miséria estava camuflada.

“O facto de precisarmos de uma tragédia para ‘descobrir’ a pobreza que sempre existiu revela que talvez o problema seja mais profundo. A questão é: agora que somos brutalmente confrontados com essa realidade, o que fazemos depois de se desligarem as câmaras? Esta mobilização massiva, que revela esse ímpeto de querermos ajudar quando vemos sofrimento, também revela uma certa tendência

de nos movermos coletivamente só em situações extremas, quando o alarme é realmente estrondoso”, observa.

Por outro lado, para lá dessa exposição e conscientização da miséria, a verdade é que assistimos de forma massiva, nas redes sociais à boa vontade dos chamados voluntários, que se uniram para apoiar as famílias, o que é louvável, pois graças a eles o impacto foi muito minimizado, na ausência das autoridades.

Mas como tentar explicar socialmente este fenómeno de todos quererem ajudar, ou mostrarem que queriam ajudar com esta mobilização nunca vista, dentro e fora das redes sociais?

“Queremos sentir que nos importamos e que a nossa ação tem significado, mas, também expõe uma contradição: onde estava esta energia toda antes da tragédia? Muitas vezes, a vontade genuína de ajudar mistura-se, sem darmos conta, com a necessidade de nos sentirmos úteis, de construirmos uma imagem de nós próprios como pessoas que “fazem a diferença” e é importante termos consciência desta dinâmica”, apela.

Por outro lado, como enfatiza Carla Palavra, esta mobilização revela algo fundamental sobre a natureza humana, ou seja, as pessoas

querem sentir que se importam e que as suas ações têm significado. “Ao mesmo tempo, levanta uma questão importante sobre os nossos padrões de mobilização coletiva que parece ser, muitas vezes, despoletado por situações consideradas de crise quando essa energia transformadora, claramente existe em nós e está lá o tempo todo”, sensibiliza.

#### Maior consistência fora de episódios de tragédia

Contudo, como explica, o quotidiano faz com que as pessoas se sintam absorvidas pelas suas responsabilidades imediatas, pelas pressões do dia-a-dia, pela sensação de que os problemas são demasiado grandes ou distantes para a nossa ação individual fazer diferença. “E quando algo trágico acontece, tudo pára à volta do evento e da urgência de ultrapassar os desafios impostos”, analisa.

Longe de diminuir o valor da solidariedade que emerge em momentos como este, Carla Palavra deixa um desafio: “Se olharmos com atenção talvez consigamos ver o convite que aqui se coloca para pensarmos sobre como podemos cultivar esta mesma energia transformadora de forma mais consistente, sem empurrões desta escala de impacto”, conclui.

## Novas abordagens que protegem as vítimas

Cada um de nós, mesmo os jornalistas, a par dos influencers e cidadãos comuns, somos também instados a reflectir sobre a abordagem das nossas matérias, publicações. Como evidencia Carla Palavra, antes de publicar/partilhar ou reagir a certos conteúdos, devemos

fazer uma pergunta essencial: “Isto dignifica esta pessoa?”, se a resposta for não, então, não devemos deixar que isso dite o nosso comportamento. Isto pode ser válido para situações futuras semelhantes.

“Dêem preferência a partilhar

informações sobre como ajudar, não imagens do sofrimento. Paradoxalmente, o trabalho mais importante é muitas vezes o mais invisível. Façam por contar as histórias sem suspender a dignidade das pessoas que as protagonizam. É possível informar sem sensacio-

nalizar”, justifica.

Como aconselha, as perguntas ou atitudes devem focar no presente e no futuro em lugar de forçar as pessoas a reviverem uma experiência eventualmente traumática, para o resto das suas vidas.

# Solidariedade digital, um instrumento de transformação e não um palco de exposição

**M**arco Silva, especialista em Marketing Digital, diz que acompanhou de perto o comportamento dos utilizadores nas redes sociais, durante a tragédia, procurando compreender como reagem nestas plataformas. Hoje, não tem dúvidas: a solidariedade digital deve ser um instrumento de transformação e não um palco de exposição.

A viralização de imagens dos impactos e das vítimas das enxurradas do dia 11 de Agosto levanta questões sobre as fronteiras ténues entre a ética e a liberdade de expressão, aliadas igualmente ao marketing digital.

Com 321 mil utilizadores do Facebook, 131.200 mil do Instagram, 119 mil do TikTok (+ de 18 anos) e 88.600 mil no LinkedIn, a sociedade cabo-verdiana tem já uma forte presença nas redes sociais, incluindo artistas, influencers, políticos, cidadãos comuns, etc.

## Emoções geram maior engajamento

Hoje em dia, mesmo que em alguns casos, com pouca actividade, toda a gente está praticamente nas redes sociais, no mundo digital, seja para simplesmente ver, ser visto, ou estar a par do que acontece.

“Com a proliferação das redes sociais, muitos internautas vêem-se mais como marcas do que como indivíduos. Cada publicação, cada fotografia, cada história partilhada é uma oportunidade de construir uma imagem, ganhar visibilidade ou reforçar uma reputa-



Marco Silva

ção pessoal, em que conseguir o maior número de “likes” é o propósito final. Ou seja, a validação através de “likes”, um fenómeno central no comportamento digital contemporâneo”, começa por analisar Marco Silva a presença nas redes, de forma genérica.

Nesse contexto, Marco Silva lembra que as redes sociais se movem, em grande parte, à base das emoções e, neste universo, os conteúdos que provocam reacções fortes, como surpresa, indignação ou empatia, tendem a gerar maior envolvimento e partilhas.

“Ao mesmo tempo, quando alguém se depara com imagens de destruição ou sofrimento, é normal que sentimentos de empatia, choque ou uma simples von-

tade de pedir socorro resultem em reacções imediatas, que levam à partilha dessas situações, muitas vezes sem reflexão e movidos pelo impulso e pela instantaneidade. Este fenómeno, conhecido como ‘sharing of emotion’, explica por que tantas pessoas começaram rapidamente a divulgar vídeos e fotografias das vítimas da tempestade”, observa.

## Febre digital

A chamada “febre digital” não é apenas espontânea, como explica o entrevistado do A NAÇÃO. “Resulta da combinação entre estímulo visual, resposta emocional e o ambiente da rede, onde cada partilha aumenta a visibilidade e reforça o envolvimento”.

Questionado se considera natural haver aproveitamento de marketing, por parte de quem posta, mesmo que de forma involuntária/voluntária, especialmente por parte de artistas e influencers, este especialista lembra que antes de serem artistas ou celebridades, são, acima de tudo, pessoas, mas também não estão imunes.

“É natural que partilhem imagens e vídeos do terreno, mas, no caso de celebridades, isso gera um efeito duplo. Por um lado, promovem a causa, incentivando ajuda e recursos; por outro, reforçam a sua própria visibilidade, muitas vezes de forma involuntária, mas real. Trata-se, de facto, de uma situação “win/win”: a população beneficia do engajamento,

que pode produzir benefícios para quem precisa de ajuda nessas situações, enquanto quem ajuda consolida a sua imagem de compromisso social”.

## O caso de Sebah

Mesmo quando o objetivo inicial é genuíno, Marco Silva lembra que existe inevitavelmente um ganho de visibilidade e reputação pessoal, o que reforça, cada vez mais, a necessidade de uma comunicação responsável, ética e consciente.

“Ainda assim, mais cedo ou mais tarde, o historial destes artistas ou figuras públicas acaba por revelar quem age apenas movido pelo momento e quem está, de facto, comprometido com as causas sociais. Sem querer personalizar, mas trazendo um exemplo concreto, há o caso do influencer e promotor de eventos Sebah, que está longe de gerar consensos. Contudo, tem o seu público, a sua ‘tribo’ e a sua audiência, e liderou, até ao momento, a maior campanha de angariação de fundos levada a cabo por uma só pessoa para a situação em São Vicente”, exemplifica.

Este, explica, é o poder que as redes sociais detêm actualmente. Um poder que o sistema “tradicional” e “institucional” não consegue controlar e que, quando bem gerido, pode produzir impactos verdadeiramente transformadores para o bem comum.

## Exposição desnecessária

Também a partilha da imagem da pequena Rânia



**A imagem do pequeno Maxwell cheio de lama a sorrir viralizou nas redes sociais como forma de apelar aos apoio**

de vestido vermelho a sorrir no meio da tragédia não passou indiferente a Marco Silva. Tal como Carla Palavra, defende a protecção da imagem das crianças, como previsto na lei.

“Os utilizadores das redes sociais esquecem-se de que existem leis a cumprir, e não obstante a sensação de alguma impunidade nas plataformas, convém lembrar que as leis do país continuam a aplicar-se. Dito isto, é claro que a imagem gerou sentimentos de ternura e esperança, impulsionando a partilha e a ajuda”.

Este caso, no seu entender, evidencia a necessidade de equilibrar o impacto positivo com a protecção dos direitos das vítimas, principalmente quando são menores, amparados pela Constituição.

“Toda a partilha de imagens ou histórias deve ser feita apenas com consentimento explícito e, no caso de crianças, sempre com autorização

dos responsáveis legais. É possível preservar o efeito emocional sem expor identidades, garantindo respeito e dignidade às vítimas”, apela.

### **Solidariedade versus exposição**

Para concluir, o nosso entrevistado lembra que o comportamento humano nas redes sociais em situações de desastre combina “empatia, necessidade de ação imediata e construção de visibilidade pessoal”. Isto porque, como observa, a linha entre solidariedade e exploração é, porém, extremamente tênue.

Nesse contexto, saber respeitar esse limite “é um dever ético que deve guiar todos”, seja utilizadores, figuras públicas e meios de comunicação. “Se queremos que a solidariedade digital seja, de facto, um instrumento de transformação e não um palco de exposição”, finaliza. GC

## **A linha tênue entre o espectáculo de autopromoção e a ética**

Actualmente a residir nos Estados Unidos da América, onde vem seguindo atentamente tudo o que se passa em São Vicente, também Alaúdio Ramos, formado em Relações Públicas, com especialização no digital, não tem dúvidas do papel que os influencers e criadores de conteúdos podem ter em situações do género, especialmente quando envolvem tragédias.

“A catástrofe de São Vicente veio mostrar que influenciadores e criadores de conteúdos gozam de elevada credibilidade junto dos seus seguidores. Prova disso são os milhares de contos arrecadados em campanhas de doação para todos os gostos, dúvidas e feitios. Mas isso também nos expõe a riscos: imagens chocantes são facilmente viralizadas, muitas vezes sem consentimento das pessoas envolvidas, principalmente de crianças e idosos ou responsabilização por parte de quem controla a narrativa das lives, stories, feeds e algoritmos”, começa por observar.

Na mesma linha da Carla Palavra e do Marco Silva, Alaúdio Ramos chama a atenção para o facto de a fronteira entre informar, expor, proveito próprio e solidariedade ser tênue. “E muitas vezes ultrapassada com toda a intenção. A pergunta é: se fosse o meu filho(a) ou a nossa casa, a nossa vida... estaríamos confortáveis com essa exposição?”, questiona.

### **A vantagem de estar do lado certo da narrativa**

Contudo, admite que o facto de artistas, influencers e activistas partilharem conteúdos da situação no terreno é positivo, mas tem um senão, também. “Traz atenção, mobiliza recursos e inspira outros a agir. Mas torna-se essencial garantir que a ajuda não se transforme

num espectáculo de autopromoção”.

Porém, acredita que há dois lados da moeda e que, enquanto muitos se mobilizam com expressões genuínas de ajudar, outros parecem ser motivados pelo capital social que advém de estarem do lado certo da história, ao ajudar. “Sempre foi assim e sempre assim será”.

### **Comunicar para ajudar**

Também Alaúdio Ramos, no conhecido caso da pequena Rânia, de vestido vermelho, que viralizou sorrindo, diante do caos, não tem dúvidas sobre as questões éticas que se levantam.

“Crianças não consentem nem têm maturidade para entender o alcance de uma imagem nas redes. Em contextos como esse, usá-las como símbolos de esperança ou de desespero pode ser tão problemático quanto necessário”.

Nesse contexto, acredita que estamos todos diante de um dilema: de um lado, o direito à livre expressão, à partilha de informação, à mobilização solidária. Do outro, o dever de proteger quem está em situação de vulnerabilidade e evitar a banalização do sofrimento alheio.

“Devo dizer que a resposta não está na censura, mas sim na consciência ética, moral e na responsabilização de cada um. De quem produz o conteúdo, mas sobretudo de quem o consome”, nota.

Nesse sentido, interpela a tirarmos lições desta tragédia. “Que nos sirva para aprendermos a aplicar isso com seriedade, comunicar para ajudar, não para aparecer. Reduzir o sofrimento ao mínimo como forma de mobilização e sempre preservar a dignidade humana antes de qualquer coisa”, finaliza. GC



**Alaúdio Ramos**

Ópera de Dino d'Santiago

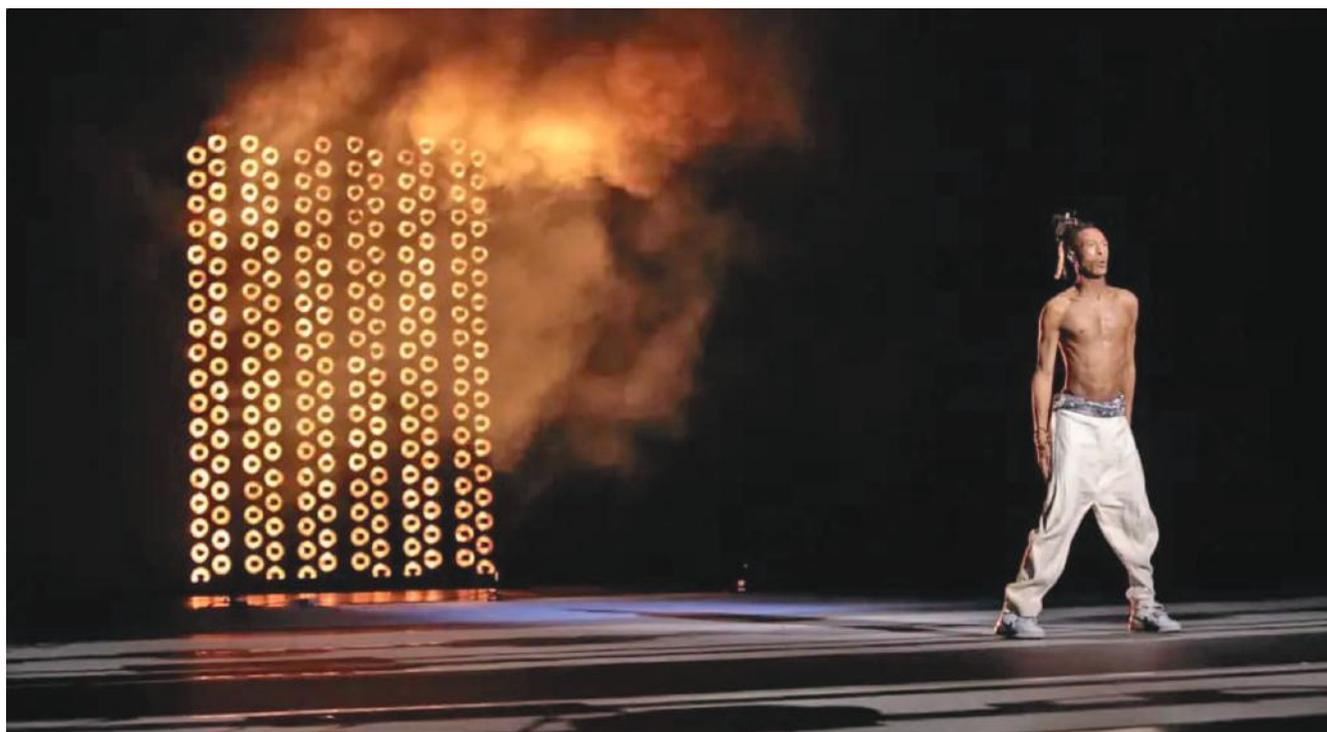
# “Adilson”: quando a voz dos invisíveis sobe ao palco

Concebida por Dino D'Santiago, com libreto e dramaturgia de Rui Catalão, “Adilson” é uma ópera em cinco actos. A obra surge de um desafio lançado pela bienal BoCA - Bienial of Contemporary Arts - que encomendou esta produção original, representando uma incursão inédita de Dino no território da ópera.

O enredo baseia-se na história real de Adilson Correia Duarte, afrodescendente, nascido em Angola, filho de pais cabo-verdianos, que vive há mais de 40 anos em Portugal sem nunca ter obtido a cidadania portuguesa.

Adilson, ou Nuno para a família, D'Afonso para os amigos, representa os muitos cidadãos e cidadãs, residentes em Portugal, que vivem a angústia dos processos pendentes, nas salas de espera intermináveis, documentos que não chegam, direitos que permanecem no limbo. O espectáculo concentra-se nessa jornada de invisibilidade, burocracia e desejo de reconhecimento: a existência numa terra que parece sempre adiar o momento do reconhecimento de pertença ao país onde sempre se viveu.

A ópera destaca-se pela dimensão coral, musical e cénica vasta, mobilizando múltiplos intervenientes. A direcção musical é de Martim Sousa Tavares, sendo a composição musical e produção musical de Dino D'Santiago em parceria com Djodje Almeida, músico que o acompanha há algum tempo. Os



É a primeira ópera do cantor de origem cabo-verdiana, Dino d'Santiago, depois de uma carreira bem estabelecida nos palcos portugueses e internacionais. Na estreia, no passado dia 12, o público lotou a sala do Grande Auditório do Centro Cultural de Belém (CCB), para ver um espectáculo ambicioso que procura dar rosto e voz a uma experiência humana marcada por décadas de espera, de invisibilidade, e de uma identidade diluída entre fronteiras burocráticas. Sala esgotada, a noite foi de canto, criação contemporânea e crítica social que se fundiram para forjar um grito que se pretende prolongar para além do palco.

Joaquim Arena

arranjos para orquestra são da responsabilidade de João Martins. A orquestra mais jovem portuguesa, a Orquestra Sinfónica Juvenil de Lisboa, também está envolvida, assim como outras orquestras regionais (Sinfonietta de Braga, Orquestra do Algarve, Orquestra das Beiras), regiões para onde, depois de Lisboa, a ópera “Adilson” será também apresentada.

No elenco vocal, o espectáculo conta com Michelle Mara, Cati (Cátia Freitas), NBC, Soraia Morais, Koffy, Rebeca Reinaldo e Rúben Gomes, e com contribuições de actores, design de luz, som, cenografia e figurinos cuidadosamente orquestrados para compor uma atmosfera que dialoga com o tema da identidade, da espera e da resistência.

## Metáfora da identidade dividida

O libreto é inspirado no texto Serviço Estrangeiro, originalmente escrito por Rui Catalão, cuja dramaturgia faz o trabalho de mergulho na vida de Adilson, e por extensão, da de tantos outros imigrantes e filhos de imigrantes que partilham experiências semelhantes. Em termos mais concretos,

“Adilson” representa alguém cujo nome consta num passaporte, mas a quem o reconhecimento social, político e legal permanece negado. A identidade dividida entre os nomes - Nuno, D'Afonso, Adilson - é também metáfora da identidade dividida entre o pertencimento e a exclusão.

Neste ano em que se celebram os 50 anos das independências das antigas colónias, o espectáculo criado por Dino d' Santiago surge como espelho de um sistema kafkiano, envolvendo processos, salas de espera, papéis, documentação, num labirinto onde milhares de ‘Adilsons’ ficam presos em engrenagens administrativas. Tudo pela falta de reconhecimento legal de quem vive em solo português desde criança. É o passado que choca com o presente e in-

## De Quarteira para a fama

Actualmente, Dino d'Santiago será o artista de origem africana mais conhecido em Portugal. A ascensão mediática do cantor de origem cabo-verdiana só poderá ser comparada a alguns, poucos, jogadores de futebol. Um fenómeno de popularidade que não pára de crescer e que o levou mesmo a conhecer e a conviver de perto com a cantora americana, Madonna, na sua passagem por Lisboa.

Dino de Santiago nasceu Claudino de Jesus Borges Pereira, em 1982, em Quarteira, no Algarve. Tornou-se uma das vozes mais conhecidas da música lusófona portuguesa, feita por artistas de origem africana. Ao mesmo tempo, foi-se afirmando como um elo de ligação com as raízes cabo-verdianas herdadas dos pais imigrantes. A sua carreira é marcada por um percurso que atravessa estilos, geografias e identidades, transformando-o num dos maiores símbolos da mestiçagem cultural e da renovação da música lusófona dos últimos anos.

### Primeiros passos e influências musicais

Ainda em adolescente, Dino começou a dar os primeiros passos na música, inspirado tanto pela música crioula que ouvia em casa - mornas, funaná, coladeiras, batuque - como pelo gospel e pelo soul que descobriu com o tempo. Uma diversidade sonora que iria moldar-lhe a identidade artística e abrir-lhe as portas para várias experiências musicais.

No início dos anos 2000, começou a ganhar visibilidade ao integrar grupos de hip-hop e R&B locais, colaborando em projectos que já faziam a fusão de ritmos urbanos com os das suas raízes africanas. Mas é com a participação no programa televisivo Operação Triunfo, em 2003, que Dino atrai as atenções a nível nacional. Apesar de não ter vencido esse concurso, a sua voz e a presença em palco acabam por fazer dele uma das revelações do concurso, permitindo-lhe iniciar uma carreira na música feita em Portugal.

### Fase inicial e busca de identidade

À semelhança da cantora também de origem cabo-verdiana, Sara Tavares, os primeiros anos da carreira artística de Dino são marcados por uma aproximação à música pop e soul, numa

tentativa de se afirmar no panorama musical português. A estreia discográfica dá-com o álbum "Eu e os meus" (2008), em que se vê um artista ainda em busca de uma linguagem própria, mas revelando já a capacidade para a criação de pontes entre diversos estilos. E a viragem decisiva iria acontecer em 2013, depois de uma guinada rumo à raízes cabo-verdianas.

O álbum "Eva" revela essa inspiração e foi gravado entre Portugal e Cabo Verde, num mergulho na sua identidade que é, também, uma rutura com os padrões naturais da música pop que se fazia em Portugal. Na altura, Dino revelou ser uma homenagem à sua mãe, que trabalhara no aeroporto de Faro e que ele elege como exemplo de resiliência, importante para a sua trajetória.

### Lisboa crioula: a consagração

Mas será o disco "Mundu Nôbu" (2018) que irá consolidar Dino como uma das vozes principais e de maior destaque da música lusófona. A produção conta com nomes como Branco e Kalaf Epalanga, que trazem uma combinação de batidas electrónicas com ritmos africanos tradicionais, num exercício de modernidade que conquistou público e crítica. "Mundu Nôbu" iria abrir-lhe as portas para palcos internacionais e vários prémios, entre eles os dos Play - Prémios da Música Portuguesa. Em 2020 sai "Kriola", lançado em plena pandemia, um manifesto que celebra a mestiçagem de Lisboa, continuando a misturar os ritmos tradicionais das ilhas com afrobeat, kuduro e electrónica.

Mas é também enquanto agente cultural e activista político, através do poder mediático da sua imagem e da sua música, que Dino d'Santiago se vem estabelecendo na sociedade portuguesa. O artista passou a usar o palco para dar voz a realidades invisibilizadas e vidas, cujas narrativas, não saem dos guetos. Como é o caso da ópera "Adilson", estreada no passado fim de semana, no Centro Cultural de Belém.

As portas abertas pela sua música e o legado de Dino d'Santiago, servem de inspiração a vários artistas das novas gerações que também procuram o seu espaço. Em 2021, foi agraciado pela Presidência da República de Portugal com a Medalha de Mérito Cultural, um reconhecimento oficial da sua contribuição para a cultura portuguesa.

JÁ

terroga sobre os ganhos de cinco décadas, por entre resquícios do colonialismo e o seu impacto na vida de muitas pessoas. Uma ópera que simboliza, nas palavras do próprio Dino d'Santiago, a resistência urgente. E ao transformar a espera em poesia, o espectáculo propõe que a invisibilidade é, em si, um acto de resistência. No momento alto, no palco, ecoa a frase: "Eu não sou português. Eu sou Portugal. Um país à espera."

No fundo, um resumo da tensão entre identidade negada e desejo de pertença. E no momento que se vive em Portugal, após o chumbo constitucional da nova Lei da Nacionalidade (rejeitada pelos partidos de esquerda e vetada pelo Presidente da República) espera-se que o espectáculo possa provocar debate - sobre imigração, cidadania, práticas institucionais portuguesas, identidade multicultural - e de alcançar pessoas que talvez nunca tivessem visto a ópera como meio artístico suficientemente próximo para tocar suas vidas. Segundo a imprensa portuguesa, a escala, a produção orquestral, a dramaturgia, tudo contribui para que "Adilson" seja uma ponte entre o clássico e o contemporâneo, entre o erudito e o popular, entre o festivo e o urgente.

### Ópera questiona vidas em labirinto

Como escreveu o jornal Expresso, "Adilson" marca para Dino D'Santiago uma encruzilhada artística: "é a sua primeira ópera, sua

obra mais ambiciosa até agora em termos de escala, complexidade e dimensão social. Já não se trata apenas de música urbana, de soul, de fusões entre estilos; trata-se de uma obra de teatro musical lírico, de uma ópera que incorpora linguagens modernas, mas que exige rigor, vocabulário clássico, potência emocional."

A relevância do espectáculo vai além do palco, já que levanta questões que afectam muitos residentes em Portugal e nos PALOP, pessoas de origem africana ou cabo-verdiana, imigrantes de segunda geração, todos aqueles cuja cidadania legal está sujeita a leis rígidas, demoras (às vezes indefinidas), interpretações contraditórias, burocracias que parecem intransponíveis. Através da arte, o espectáculo confronta essas realidades invisíveis para grande parte da sociedade.

A co-produção com várias cidades e teatros de Portugal poderá fazer que o que se inicia em Lisboa venha a ter ecos mais profundos, no resto do país. No entanto, apenas uma parte da população terá acesso ao espectáculo, como alguns críticos já apontaram. Seja por falta de acesso ou pelo custo dos bilhetes para um espectáculo destes, a ópera poderá ser "aplaudida" nos círculos culturais, mas não tocar quem vive na invisibilidade retratada. Os que vivem na pele este labirinto, aqueles que esperam nas filas, que vivem a espera angustiante, dificilmente poderão ver "Adilson".



Dino d'Santiago



Marciano Ramos Moreira\*

# Ma Jezus kai lisiin?!

Nu ben konta partis

Txiku Donga dja staba ku mas di 40 anu na korpu. Omi era amigu di se grogu.

Kel dia dentu tardinha, Txiku Donga staba moku, boka na txon. El staba dentu ribera ta ben di un fornadja. Txiku pasa djuntu di un tanki ki staba kuazi xeiu di agu. Bera kel tanki staba un monti algen di un relijion ki ta mete kabesa di ses fiel dentu di agu pa batiza-s.

Txiku sa ta benba ta da di banda, ta papia el so. Mas kantu el odja gentis ki ka era di se ribera, el kala boka – omi staba fusku, mas el ka kreba pa forasterus fika ta pensa ma el e dodu. Nton, na ta pasa djuntu kes genti, Txiku rapara ma kes genti staba na bixa, ta ba un un entra na tanki. Txiku (ki ka sabeba ma ta ezisti relijion ki ta batiza algen dja grandi i di kel manera – ku kabesa dentu di agu) fika kuriozu:

- Mas kuze ki kes genti la sa ta faze? Manba es sta kenti sima mi, es sa ta ba freska kabesa dentu agu tanki?

Txiku fika ku gana da fe. El txiga mas pertu di tanki. Nton, el odja ma staba, dentu tanki sakedu, un omi altaron i forti. Es omi altaron sa ta pegaba na totis di kada pessoa ki sa ta entraba na tanki, ta mete-l kabesa den-

tu di agu i, dipos, ta tra i ta purgunta rixu:

- Bu odja Jezus?

Pessoa ki metedu kabesa ku korpu ku tudu dentu di agu, ta djataba, ku folgu kansadu, enkuantu, ku tudu 2 mon, ta linpa rostu dundi sa ta pingaba agu manenti:

- Sin! N odjaaaaa-L!!!

Nton, tudu kes genti ki staba na roda di tanki, ta daba palma, ta gritaba, nun so vos, rixu tanbe:

- Aleluiaaaa!!! Aleluiaaaa!!! Aleluiaaaa!!!

Kantu Txiku odja uns 3 pessoa ta ripiti ma dja es odja Jezus, Txiku fla pa se kabesa:

- Txiku, bo nunka bu odja Jezus. Oxi, dja bu atxa un xansi di konxe-L. Ka bu dexa es xansi skapa-bu!

Sima Txiku fla, asi ki el faze. Txiku faze sforsu pa el ka parse ma el staba txabesku, el ba fika rabuteki na fila, ku tudu konpostura, ketu ta spera se bes.

Gentis se frenti ba ta soti na tanki, ta metedu kabesa na agu, ta fla ma dja es odja Jezus. Sima gentis ba ta entra e asi ki Txiku ba ta fika kada bes mas ardigadu, ku gana di odja Jezus, el tanbe. Enbora omi ka era bador di grexa, kel ora go vontadi di odja Jezus subi-l kabesa.

Na fin, ben txiga bes di Txiku. Ku tudu konpostura, Txiku kanba na tanki, fika di sentidu sima tropa. Omi altaron sakedu dentu tanki pega Txiku na totis i txulufu – mete Txiku kabesa dentu di agu. Mete Txiku kabesa na agu, dipos tra Txiku kabesa di agu i purgunta Txiku:

- Bu odja Jezus?

- Nau! N ka odja-L. – Txiku kudi, ta tenta rekupe-ra folgu, ta linpa, ku tudu 2 mon, rostu ki sa ta pingaba agu manenti.

Kontrariadu, omi altaron sakedu dentu tanki torna kasa Txiku totis ku se uma palma di mon direita i txulufu – mete Txiku kabesa dentu di agu otu bes. Mete Txiku kabesa na agu, dexa-l la ta toma foga un bokadinho, dipos tra Txiku kabesa di agu i torna purgunta Txiku:

- Bu odja Jezus?

- Nau! Ka sta ningen baxu di agu. – Txiku kudi. Enfin, Txiku komesa diskunfia si bale pena tantu foga pa odja un Jezus.

Djentis komesa ta murmura, dja xatiadu ku es stranhu: tudu es odja Jezus, menus es stranhu, ki es ka sabe di undi kapri. Nfastiadu, omi altaron sakedu dentu tanki

torna granpa Txiku totis i txulufu – mete Txiku kabesa dentu di agu mas un bes. Mete Txiku kabesa na agu, dexa-l la ta toma foga un bon bokadu, ti ki Txiku komesa ta barafusta ku brasus pa tenta futi di mon di kel omi altaron. Nton, omi altaron tra Txiku kabesa di agu i torna purgunta Txiku, ku vos di autoridadi:

- Dja bu odja Jezus?

- Nau! Bu ten serteza?! – Txiku (ki dja ka sa ta podeba sakedu dretu di tantu foga ki el leba di es bes) purgunta. Di es bes propi Txiku dja staba kuazi disididu na dizisti di konxe Jezus.

Kel omi altaron ki sa ta meteba gentis kabesa na agu, ku entoason di vos ki ta dexaba ntende ma dja el staba xatiadu ku es stranhu ki ka sa ta odjaba Jezus di nenhun jetu, purgunta tanbe:

- Serteza di kuze?!

Txiku (pa mostra straneza ku purgunta di omi altaron), toma folgu, djobe pa rostus nfanhidu di tudu kes djenti, subi onbru, raga-la odju, po kabesa di un banda, ponta ku tudu 2 mon pa agu, kudi:

- Ma Jezus kai lisiin?!

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

PUB

**A Nação**  
JORNAL INDEPENDENTE  
Cabo Verde



Marcando a diferença  
desde Setembro de 2007

Telefone + 238 260 26 90 (PBX)  
E-mail: [jornalanacaocv@gmail.com](mailto:jornalanacaocv@gmail.com)  
[www.anacao.cv](http://www.anacao.cv)

## Prato cheio

# Omelete recheado

### Ingredientes:

- Ovos;
- Coentro a gosto;
- Sal a gosto;
- Meia Cebola picada;
- 100 gramas de presunto;
- 100 gramas de queijo;
- Orégano a gosto.

### Modo de preparo:

- 1- Bata com um garfo rapidamente o ovo, a cebola e o coentro. Quando a massa estiver amarelada, coloque o sal e reserve.
- 2- Numa frigideira, coloque o azeite e leve ao fogo.
- 3- Quando estiver esquentando, porém não muito quente, coloque o omelete e deixe fritar. Quando ele estiver quase pronto, coloque o recheio e deixe esquentar um pouco no fogo baixo. E por fim, dobre o omelete e sirva.



# Caça-palavras



Encontre:

- SOLUÇÕES:
- INGREDIENTES
- SABORES
- DOCES
- MASSA
- CLIENTES
- COBERTURA
- RECHEIO
- SALGADOS
- BOLO
- CONFEITEIRA

## Encontre sete diferenças



## Talento

Desde cedo, **Patrícia** sentiu curiosidade pelo mundo da pastelaria, mas confectionar um bolo parecia um desafio inalcançável. Tentou várias vezes, sem sucesso. A grande virada aconteceu quando, com um filho ainda de cinco meses, surgiu a oportunidade de se formar na Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV), na área de Pastelaria e Panificação. “Aproveitei dessa chance e tirei todas as minhas dúvidas. Foi aí que aprendi e compreendi o processo”, recorda.

Hoje, como confeitadeira, vê na sua profissão um mercado amplo, mas também altamente competitivo. “É uma área muito flexível, acredito que há espaço para todos, mas exige crescimento e conheci-

mento constante. Cada produto é único e precisa de qualidade”.

Para ela, cada bolo representa uma história, um desafio e sentimentos únicos. A maioria dos clientes já chega com ideias definidas de sabores e estilos, mas, quando possível, gosta de sugerir combinações criativas. “Em alguns casos, eu mesma faço a escolha, de acordo com as descrições dos clientes”, diz ela, acrescentando que o que mais ela gosta do seu trabalho é a satisfação dos clientes.

O cuidado estende-se também a clientes com restrições alimentares. “Tenho clientes intolerantes à lactose e preparo receitas totalmente adaptadas. Acredito que o segredo é trabalhar com aquilo

que realmente amas e compreendes.”

Os sonhos da Patrícia vão além da cozinha. Pretende tornar-se uma grande pasteleira e boleira, ministrar formações, conquistar reconhecimento nacional e internacional e, assim, criar postos de trabalho. Deixa também uma mensagem de incentivo a quem deseja começar no mundo da confeitaria:

“Nunca desistas. Nunca deixes que o medo te impeça de dar o primeiro passo. A partir daí, vais ver que tudo é possível. Cada bolo que fazes aumenta a tua capacidade. Deus nunca dá nada que não possas suportar.”

Adelise Furtado-estagiária



# Tour “Nha Way” de CESF chega à Capital

Além de CESF, o cartaz inclui artistas nacionais e internacionais de referência, como Djodje, Mark Delman, Trakinuz, Elji, Kady, Mayou e Marinu.

O show “Nha Way-Showcase” será, segundo a organização, uma fusão entre música, cultura digital e inovação tecnológica, com uma abordagem artística que alia criatividade, responsabilidade social e tecnologia.

O evento pretende envolver marcas e parceiros estratégicos, com destaque para empresas dos sectores da tecnologia, telecomunicações e bebidas não alcoólicas e fazer do show um “novo padrão” para festivais em Cabo Verde, um modelo que valoriza a inovação, a

O artista praiense CESF traz à Cidade da Praia o segundo show do Tour “Nha Way”, agendado para este sábado 20, às 19h, no Tech Park. Além de prometer um show imersivo, que alia música tecnologia e inovação, a organização avança que não serão permitidas a venda de bebidas alcoólicas no local, reforçando o compromisso com a segurança, inclusão e o bem-estar da comunidade.

A Nação



colaboração e a identidade cultural.

## Sem álcool

Outro diferencial do show será a proibição de venda e uso de álcool no recinto do certame, reforçando o compromisso com a segurança, a inclusão e o bem-estar da comunidade e atraindo o público mais jovem proporcionando uma “experiência saudável e criativa”.

O show terá início às 20h e termina às 23h30. Os bilhetes estão disponíveis nos pontos de venda habituais e na plataforma online SoldOut.

A estreia do tour “Nha Way” aconteceu em Lisboa (Portugal), no LAV, a 19 de abril de 2025.

## Acontece

- ▶ Lançamento do livro “Biografias de 31 Personalidades da Educação - Cabo Verde, século XX” de Maria Adriana Sousa Carvalho e Ildo Augusto Sousa Carvalho, na Sala de Conferências da Biblioteca Nacional, na Cidade da Praia, sexta-feira, 19, às 17h,



- ▶ Concerto com Assol Garcia no Auditório Nacional Jorge Barbosa, Cidade da Praia, sábado, dia 20, às 21h,



- ▶ Lançamento do livro “Vendedeiras de Prazer” de Florizandra Porto, no Mercado de Artesanato e Cultura, Tarrafal de Santiago, sexta-feira, 19, às 16h30,



- ▶ “I Love Sintonton” no Galvanistraat 150, em Roterdão, Países Baixos, sábado, 20, às 22h



- ▶ Show “Kambar di Sol” no Martini Sunset, com Danísia & Banda, hoje, às 18h, Mindelo, São Vicente



## Aconteceu...



- ▶ 33ª. Edição do Festival Internacional de Música Santa Maria, ilha do Sal



CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº942 | 18/09/2025

# MUNICÍPIO EM DESTAQUE

# Maio

Valdino Rely Brito, Presidente da Câmara Municipal do Maio

“A conectividade é o eixo estratégico para desbloquear o potencial da ilha”

Págs. 02 a 04



Restaurante Chapa Quente: da simpatia ao sucesso



A ilha que o tempo e os decisores continuam a guardar



Nossa Senhora da Luz: cultura, fé e tradição



Uma história de resistência e esperança

# EDEC

Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde

*a energia que nos une*

☎ 800 51 11

✉ [livro.branco.online@edec.cv](mailto:livro.branco.online@edec.cv)

📘 EDECSA1

📷 edecsa1


**TEM A PALAVRA**
**Valdino Rely Brito**

# “A conectividade é o eixo estratégico para desbloquear o potencial da ilha do Maio”

**Texto:** Ilda Fortes

**Eleito há menos de um ano, o Presidente da Câmara Municipal do Maio, Valdino Rely Brito, faz um balanço dos progressos e desafios da ilha e partilha a sua visão para o futuro. Infraestruturas, economia e juventude foram eleitas como prioridades, visando o combate ao desemprego jovem, a aposta no turismo sustentável e a melhoria das ligações aéreas e marítimas. Para o autarca, romper com o isolamento é fundamental para transformar a ilha num território competitivo e inclusivo.**

**Quais os principais progressos alcançados pelo município do Maio nos últimos anos?**

O Maio registou avanços significativos na qualidade de vida, sobretudo no acesso aos serviços básicos. Atualmente, quase todas as famílias têm acesso à eletricidade, mais de 90% dispõem de água canalizada e a maioria possui instalações sanitárias. Contudo, para que o desenvolvimento seja realmente transformador, é preciso garantir transportes eficientes, sob pena de os ganhos em setores como a educação, saúde, cultura e economia ficarem condicionados.

**Quais são os principais desafios que a ilha enfrenta a nível de desenvolvimento económico e social?**

O maior desafio estrutural é a conectividade, que é essencial para dinamizar a economia. Mesmo reabilitado, o porto sofre com o assoreamento, o que limita a atratividade da ilha para investimentos, turismo e comércio. A construção de um aeroporto internacional e ligações marítimas e aéreas regulares com o resto do país e do mundo, seriam determinantes para



romper o isolamento. Além disso, a aprovação dos seis planos para as zonas turísticas é essencial para permitir uma urbanização moderna e infraestruturada, criando oportunidades de habitação, negócios e lazer.

**Em termos concretos, em que medida os cons-**

**trangimentos relacionados com as ligações aéreas e marítimas têm condicionado o desenvolvimento da ilha?**

Os constrangimentos nos transportes condicionam o desenvolvimento do Maio em todos os setores. A economia local enfrenta limitações evidentes a nível do turismo, pesca,

agroindústria e comércio, que dependem de ligações seguras e regulares para escoar produtos e atender às demandas turísticas. É essencial reforçar as ligações com a capital, Sal e a Boa Vista, garantir transporte marítimo seguro e frequente e abrir espaço a voos low cost para dinamizar o turismo e atrair

investimento. A conectividade é, portanto, o eixo estratégico para desbloquear o potencial económico e social do Maio. Sem ela, todos os outros investimentos e iniciativas ficam comprometidos.

**Como avalia o panorama empresarial na ilha? Quais são as principais atividades praticadas e que apoios estão previstos para esses setores?**

O panorama empresarial no Maio é modesto, mas tem potencial. A economia da ilha assenta sobretudo nos serviços, no comércio, na pesca e na agricultura de subsistência. O turismo ainda se encontra numa fase inicial, com infraestruturas limitadas. Programas como o Maio + Empreende pretendem fomentar a inovação e o empreendedorismo, apoiando jovens empresários e pequenas empresas. No entanto, o crescimento efetivo depende de fatores estruturais, sobretudo da melhoria das ligações e dos transportes. Sem isso, os mercados permanecem restritos e os investimentos, limitados.

**Que estratégias estão a ser implementadas para**

**FICHA TÉCNICA**

A Nação – “Caderno Município em Destaque” – Maio – Parte integrante da edição n° 942 do A Nação de 18 de Setembro de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

**Editor:** António Alte Pinho | **Jornalistas:** António Alte Pinho, Ilda Fortes, José Mário Correia | **Jornalistas Estagiários:** Adelise Furtado, Cláudia da Cruz e Paulo Galvão | **Designer:** Alfa-Comunicações | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmíra Correia (Facturação e Cobranças) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial\_grupoalfav@gmail.com (Comercial)

## TEM A PALAVRA

PUB

“A economia local enfrenta limitações evidentes a nível do turismo, pesca, agroindústria e comércio, que dependem de ligações seguras e regulares para escoar produtos e atender às demandas turísticas.

”

### garantir um turismo sustentável e inclusivo na ilha?

O Maio distingue-se pelo seu património natural, praias paradisíacas, orografia convidativa e autenticidade cultural. Assim, programas como “Maio + Turismo” e “Maio + Azul” promovem um turismo responsável, valorizando a Reserva da Biosfera da UNESCO e as tradições locais. O modelo aposta na tranquilidade, na autenticidade e no contacto direto com a população. No entanto, é essencial melhorar a infraestrutura de transportes para acelerar a chegada de turistas e dinamizar a economia local.

### A nível de infraestruturas, quais são os principais desafios da ilha e como a Câmara tem procurado superá-los?

O porto e o aeroporto são essenciais para o desenvolvimento da ilha. Apesar de reabilitado, o porto ainda enfrenta problemas de assoreamento, que exigem intervenções regulares. O aeroporto internacional é prioritário para abrir novas ligações, essenciais ao turismo e ao comércio. Internamente, a Câmara tem aprovado planos detalhados para as zonas de expansão, promovendo a urbanização moderna, com rede de esgoto, e infraestruturas de qualidade.

### Em relação à situação da habitação, água, energia e saneamento, como avalia o panorama e quais os projetos em curso?

A ilha do Maio tem registado avanços significativos nestas áreas, com projetos que visam melhorar as infraestruturas e a qualidade de vida da população. A nível macro, destaca-se o CITRES, que implementa um sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos, promovendo a sustentabilidade ambiental. Paralelamente, estamos a procurar

apoio do Governo e de parceiros internacionais para implementar uma rede de esgoto e uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), com aposta em espaços verdes e abastecimento de água também para a agricultura. A nível micro, o foco recai sobre a habitação e o acesso direto à água potável. Com programas como “Maio + Família: Um teto, um lar confortável”, procuramos transformar casas em lares dignos, assegurando conforto, segurança e qualidade de vida.

### Que iniciativas existem para combater o desemprego juvenil?

O desemprego jovem na ilha é crítico, atingindo os 25,4%. Para o combater, temos projetos como “Maio + Empreende” e “Maio + Formação”, e estamos a reabilitar o Centro de Formação e a criar uma incubadora de negócios. O objetivo é capacitar os jovens em setores estratégicos como construção civil, hotelaria, turismo e tecnologia, criando oportunidades de emprego e fomentando o crescimento económico local. Estas iniciativas, que conjugam formação, empreendedorismo e incubadora, fortalecem a coesão social e reduzem desigualdades, evitando que a falta de oportunidades leve à emigração e ao abandono da ilha.

### No que se refere à promoção da cultura e do desporto, que projetos estão previstos?

A promoção do desporto e de atividades culturais ao longo de todo o ano é uma prioridade estratégica. O programa “Maio + Desporto” inclui competições locais, desportos náuticos e formação desportiva para jovens. Já o “Maio + Cultura” promove atividades ligadas à música, tea-

 Alfa-Comunicações  
A diferença na arte de comunicar

 A Nação  
JORNAL INDEPENDENTE

 alfa rádio  
A diferença na arte de Comunicar

# REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

Assim como na vida,  
também nos negócios,  
a INICIATIVA é fundamental!



A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfacv@gmail.com

geral.grupoalfa23@gmail.com


**TEM A PALAVRA**

“

*A nossa visão para a ilha do Maio visa o rompimento do isolamento, a diversificação da economia, o investimento na juventude e a consolidação da autonomia e da influência local.*

”

tro, poesia, artes visuais e feiras de livros, valorizando talentos locais e reforçando a identidade cultural da ilha. Além disso, queremos projetar o Maio como terra de Edy Tavares, um nome que ajuda a divulgar a marca da ilha, tornando-a reconhecida nacional e internacionalmente.

#### Quais são as grandes prioridades da Câmara para o desenvolvimento económico e social?

As nossas prioridades estratégicas assentam em três eixos: infraestruturas, economia e juventude. No plano das infraestruturas, o porto funcional e a construção de um aeroporto internacional – competências do Governo – aliados a voos low cost e ligações domésticas, são essenciais para ligar a ilha ao país e ao mundo, garantindo mobilidade de pessoas e bens e fortalecendo o turismo e o comércio. A nível económico, apostamos no turismo sustentável, na pesca, agricultura e no empreendedorismo para gerar emprego e oportunidades para a população. Por fim, a juventude e a formação representam a base para sustentar o desenvolvimento a longo prazo, criar emprego e reter talentos.

#### Quais têm sido os principais desafios da equipa camarária e que estratégias têm sido implementadas para ultrapassá-los?

Os principais desafios incluem recursos financeiros limitados, burocracia e a necessidade de uma coordenação eficaz com o Governo Central, aliados à exigência de responder a múltiplas necessidades em infraestruturas, habitação, saneamento, educação, turismo e desenvolvimento económico. Para superar estas limitações, a Câmara tem procurado estabelecer parcerias nacionais e internacionais, que ampliem os recursos e conhecimentos disponíveis com foco

na implementação de projetos estruturantes que se traduzam em resultados concretos para a população.

#### Quais os grandes objetivos até ao final do seu mandato?

A visão para a ilha do Maio, no âmbito da atual governação, visa a construção de uma sociedade moderna, próspera e interligada, com base em quatro eixos alinhados com os princípios de transparência e boa governação.

Em primeiro lugar, o foco está em romper o isolamento da ilha, através da plena operacionalização da infraestrutura portuária e a construção de um aeroporto internacional. Essas são vistas como cruciais para a dinamização da economia e para a atração do turismo, através de voos de baixo custo e ligações regulares, que irão integrar a ilha nos circuitos regionais e globais.

No segundo eixo, a aposta é na diversificação da economia e na sustentabilidade, com ênfase na captação de investimentos turísticos, através de projetos como Maio + Pesca, + Agro, + Turismo e + Azul, que valorizam os ativos naturais e culturais da ilha, criando emprego de qualidade.

O terceiro pilar é o investimento no capital humano, em particular na juventude. O propósito é capacitar os jovens para que possam aproveitar as oportunidades futuras, o que inclui o reforço da identidade cultural e a retenção de talentos na ilha. Por fim, o quarto eixo é a consolidação da autonomia e da influência local. A aprovação rigorosa de planos urbanísticos e a garantia de um sistema de transporte eficaz são vistas como essenciais para assegurar que o desenvolvimento da ilha seja sustentável e inclusivo para todos os habitantes.

PUB



**alfa** rádio  
A diferença na arte de Comunicar

## FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo  
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão  
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de [www.radioalfacv.com](http://www.radioalfacv.com)

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96

  
radioalfacaboverde



**GARANTIA**  
SEGUROS

**GARANTA QUE FAZ  
O QUE MAIS GOSTA  
SEM PREOCUPAÇÕES.**

Quer a sua paixão seja correr, nadar ou até pintar, o importante é aproveitar esse tempo livre ao máximo. Por isso, criámos o Garantia Acidentes Pessoais Individual, um seguro que o protege nas atividades de lazer, quando os seguros obrigatórios não o cobrem. Assim, é garantido que desfruta do momento.

**Juntos para que as paixões não parem.**

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

[garantia.cv](http://garantia.cv)    

**GARANTIA  
ACIDENTES  
PESSOAIS  
INDIVIDUAL**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matricula N.º 13 - Sede: Chã de Areia, C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • [www.garantia.cv](http://www.garantia.cv)  
Telefone: (238) 260 86 00

 **FIDELIDADE  
SEGUROS  
DESDE 1808**

# Festas do Município e de Nossa Senhora da Luz enaltecem legado de Nha Maninha

**Texto:** Adelise Furtado  
Estagiária

**Fonte e fotos:** Câmara Municipal do Maio

**A escolha dos “Netos de Nha Maninha” como juizes oficiais das Festa do Município e de Nossa Senhora da Luz 2025 foi uma forma de enaltecer o legado de Nha Maninha, figura matriarcal de referência da ilha do Maio. Numa reunião com os “Netos de Nha Maninha”, visando a apresentação do programa das festividades, a Câmara Municipal defendeu a continuidade do legado desta importante figura e reafirmou o compromisso com a preservação do património cultural e religioso da ilha, promovendo a união e a identidade comunitárias.**

## Obras de reabilitação do Mercado do Peixe de Porto Inglês vão ser retomadas

O edil Rely Brito reuniu-se com a empresa Construção Alessandra para alinhar a retoma das obras de reabilitação do Mercado do Peixe de Porto Inglês.

O projecto, financiado em parceria com o Ministério do Mar através do Fundo Autónomo das Pescas, é considerado prioritário pela autarquia e essencial para a comunidade. A Câmara compromete-se a fiscalizar a execução da obra com transparência e rigor técnico, garantindo benefícios para os pescadores e para o desenvolvimento sustentável da ilha.

## Visita da escritora maense Denia Frederico

A escritora maense Denia Frederico visitou a Câmara Municipal do Maio no dia 30 de Agosto e ofereceu um exemplar da sua obra “Cabo Verde pa Criansa”, livro de pintura com enfoque pedagógico, didático e cultural.

A obra, disponível em quatro idiomas, valoriza o património cultural e natural de Cabo Verde, refletindo o esforço da autora, emigrada na Holanda, em transmitir esses valores às novas gerações.

## Maio é palco da segunda edição do “Maio Swell Trip”

De 6 a 12 de Setembro, decorreu a segunda edição do Maio Swell Trip, uma ini-



Câmara Municipal do Maio recebe os juizes da festa do Município

ciativa que visa promover a sustentabilidade e a conexão entre atletas internacionais e a comunidade local através do desporto e da cultura.

Cinco atletas de Espanha, Itália e Portugal estiveram na ilha durante uma semana para dar aulas de surf e windsurf a crianças e jovens, além de divulgar o potencial do Maio a nível mundial. O evento contou com o apoio da União Europeia, através da iniciativa Global Gateway, que incentiva a transição

energética, digital e a economia azul em Cabo Verde.

## Breves

O Instituto Marítimo e Portuário (IMP) disponibilizou equipamentos aos nadadores-salvadores da ilha do Maio, reforçando a segurança nas praias durante a época balnear. No dia 21 de agosto, a Câmara Municipal do Maio, através do projeto Maio+Pesca, realizou um encontro de trabalho para im-



Maio é palco da segunda edição do “Maio Swell Trip”

pulsionar iniciativas sustentáveis ligadas à pesca, com o financiamento do Luxemburgo e o apoio do PNUD e da ONU-Habitat.

A ilha acolheu, no mesmo dia, a primeira edição do Festival Nacional de Teatro “ALBIÇA”, apoiado pela autarquia, com o objetivo de valorizar o teatro cabo-verdiano e dinamizar a cena cultural local.

A Banda Municipal de São Domingos visitou a ilha do maio na segunda semana de setembro, tendo percorrido várias localidades, animando a Festa do Município com música e alegria.

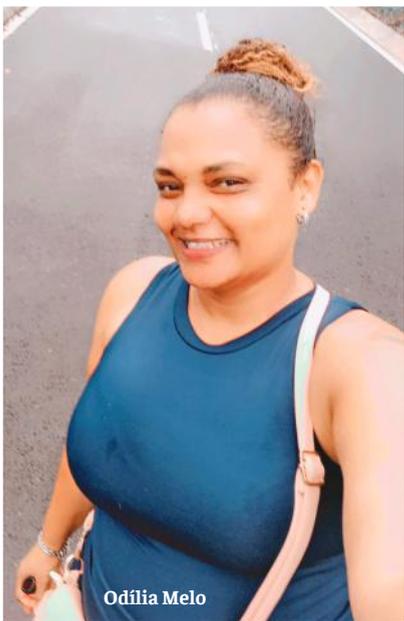


Instituto Marítimo e Portuário (IMP) disponibilizou equipamentos aos nadadores-salvadores

# Chapa Quente: da simpatia ao sucesso

Texto: Cláudia da Cruz  
Estagiária

**Odília Fortes de Melo, de 39 anos, nasceu em Ribeira Grande de Santo Antão, mas foi a ilha do Maio, mais precisamente a cidade de Porto Inglês, que a acolheu desde os seus 15 anos. Com naturalidade, simpatia e excelente atendimento, ela se tornou uma empreendedora de sucesso no ramo da restauração.**



Odília Melo



Restaurante Chapa Quente

Desde os 20 anos, Odília já trabalhava neste ramo. O que começou como um reconhecimento informal por parte dos clientes, com cumprimentos calorosos e elogios ao atendimento, acabou por ser o impulso para realizar o sonho de abrir o próprio negócio. Há dois anos, fundou a empresa “Chapa Quente”, no Porto Inglês, um espaço que expressa o seu talento, dedicação e paixão pela gastronomia local.

Como toda a empreendedora que ousa sonhar, enfrentou, desde o início, desafios severos. A logística inter-ilhas, em especial os transportes aéreo e marítimo, representa uma barreira constante. A irregularidade de voos e barcos compromete a deslocação de pessoal e, por vezes, a presença de clientes. Ainda assim, Odília mantém o sor-

riso intacto.

“Abri sim, e tenho muito a agradecer. O balanço é positivo. Estamos num lugar bastante procurado, por turistas nacionais e internacionais. É uma luta diária para manter tudo de pé”, confidencia.

Uma das dificuldades no princípio foi formar uma equipa. Muitos jovens deixam a ilha em busca de oportunidades em outras ilhas maiores, o que agrava a escassez de mão de obra qualificada. Mas, com visão e resiliência, Odília investiu pessoalmente na formação e desenvolvimento da sua própria equipa: contratou pessoas locais e as treinou do zero, com paciência e método. “Começamos seis, e assim permanece. Durante uma semana ensinei tudo o que sabia”, conta.

No “Chapa Quente”, os clientes são atraídos por pratos típicos da ilha, como

o famoso “cabrito seco”, bem como por especialidades com marisco. Aos fins de semana, a música ao vivo torna o ambiente ainda mais acolhedor. O espaço também serve de palco para exposições de artesanato, produtos locais e outras iniciativas culturais.

Apesar do sucesso crescente, a realidade da ilha

e os riscos associados aos constrangimentos nos transportes são reais. O receio de que os visitantes fiquem “presos” na ilha devido ao cancelamento de voos ou barcos já provocou o encerramento de alguns negócios. Estabelecimentos que antes floresciam acabaram por encerrar por falta de pessoal ou por não con-

seguirem manter um fluxo constante de clientes.

Para contornar essas adversidades, Odília tem buscado parcerias locais, como hotéis que recomendam o restaurante aos seus hóspedes, taxistas dispostos a levar clientes até ao restaurante e outras iniciativas que reforçam a sua visibilidade. O seu próximo projeto é ambicioso: abrir uma filial, em especial uma padaria, uma carência muito sentida na localidade. “Aqui sentimos falta de uma padaria”, afirma, convicta de que há espaço e necessidade para esse novo empreendimento.

Odília acredita que o caminho do empreendedorismo, especialmente para as mulheres, exige coragem e persistência: “Nós que temos um sonho temos de persistir. Pouco a pouco, conseguimos aquilo que queremos”, reitera. É essa crença, reforçada pelas cartas de carinho e mensagens de gratidão deixadas pelos clientes, que alimenta a sua motivação diariamente.





# Grupo Renascer: um movimento de renovação social

Texto: Cláudia da Cruz  
Estagiária

**Na tranquila comunidade de Calheta, na ilha do Maio, nasceu recentemente o Grupo Renascer, uma iniciativa comunitária e de empreendedorismo social que une inovação e solidariedade para revitalizar laços comunitários, promover a cidadania e resgatar a identidade local. Através de acções criativas, inclusivas e sustentáveis, o grupo aposta no poder colectivo para transformar e revigorar a vida local.**

**N**a Calheta do Maio, um sopro de renovação começa a circular. Criado há cerca de um mês, o Grupo Renascer já demonstra que pequenos gestos podem ter um grande impacto. Composto por 13 membros, com idades compreendidas entre os 24 e os 40 anos, o projecto nasceu da inquietação de quem se recusa a assistir, passivamente, ao declínio da sua localidade.

Idealizado por Alcino Ramos, 39 anos, o grupo nasceu da percepção de que a localidade da Calheta, que outrora era movimentada e atraía visitantes de lugares distantes, aos poucos, mergulhou na estagnação. Menos de um mês depois da sua criação, o grupo já está a plantar sementes de mudança e fazendo florescer a esperança na localidade.

Segundo um dos representantes, Edson Correia, de 35 anos, o Grupo Renascer tem como missão fortalecer os laços sociais e culturais da comunidade, incentivando a participação activa dos moradores em iniciativas



Campanha de limpeza

que devolvam vitalidade à região. “Queremos promover um ambiente saudável, resgatando as memórias, através da união de crianças, jovens e adultos em torno de actividades que estimulam e fortaleçam os laços comunitários”, afirma.

Entre as principais propostas, destacam-se campanhas de limpeza e acções que visam conscientizar sobre a preservação do ambiente local, assim como exposições de filmes ao ar livre. Refira-se ainda a Rádio

Praça, uma proposta lúdica que, segundo a organização, pretende combater o isolamento social ao “tirar” as pessoas de casa, convidando-as para momentos de convívio e de diversão com jogos que oferecem prémios. Outra iniciativa simbólica é a Fogueira da Amizade, uma acção que reúne a comunidade à volta do fogo para compartilhar histórias e músicas, fortalecendo assim o sentimento de pertença.

## Impacto Local

A iniciativa tem registado um balanço positivo, marcado pelo envolvimento ativo e crescente da população nas actividades promovidas, evidenciando o potencial transformador do projeto tanto em termos de preservação ambiental, quanto de fortalecimento comunitário e cultural.

“Estamos a notar mudanças por parte da comunidade, mas há que sensibilizar ainda mais. Esta é a nossa meta: engajar um público

mais vasto. Na nossa primeira atividade, que foi a campanha de limpeza, tivemos uma boa adesão por parte de jovens e crianças. Acredito que este projecto era realmente necessário. Temos estado a receber feedbacks positivos”, enfatizou Edson Correia.

## O desafio de envolver as pessoas

Apesar do engajamento e do entusiasmo, o grupo tem enfrentado desafios para motivar e envolver as pessoas de forma mais ampla e consistente. Edson reconhece que não é fácil mudar hábitos e mentalidades, mas acredita que, com persistência e estratégias adequadas, conseguirão alcançar os objetivos. “Temos um plano para fazer sensibilização porta-porta, de modo a que todos possam perceber melhor os nossos objetivos e assim aderir às iniciativas”, explica.

Edson descreve o Grupo Renascer como um grupo de resgate da comunidade da Calheta, um movimento que se tornou urgente perante a decadência e a perda de vitalidade da localidade, provocada pela saída de jovens e adultos em busca de oportunidades noutras paragens da ilha e do país.

A missão do Grupo é tornar-se reconhecido como uma referência na ilha, pela sua capacidade de mobilizar pessoas, revitalizar a vida comunitária e inspirar novas gerações a preservar a cultura, a solidariedade e o espírito de convívência.



Fogueira da Amizade

# Já fez a **PROVA ESCOLAR** anual?



É **segurado** ou **pensionista** do INPS e **tem descendentes a cargo com idade a partir dos 15 anos**, então esta informação é para si!

**Garanta os direitos dos seus descendentes à Proteção Social!**

Entregue o **documento comprovativo de frequência e aproveitamento** escolar até ao **dia 31 de Dezembro** de cada ano num dos balcões do INPS.

Para mais informações contactem o INPS. [www.inps.cv](http://www.inps.cv)  INPS Cabo Verde  [inps.cv](https://www.instagram.com/inps.cv)


**CURIOSIDADES**

# Maio: a ilha que o tempo e os decisores continuam a guardar

Texto: José Mário Correia

**Pequena em população, mas grande em histórias, lendas e encantos, a ilha do Maio guarda o sossego que falta a outras paragens de Cabo Verde. Intocada pelo turismo de massa, preserva a hospitalidade como cartão de visita e exhibe tradições que misturam espiritualidade, música e memória coletiva. Contudo, meio século após a independência, os maienses continuam a enfrentar o fardo das ligações precárias – marítimas e aéreas – que os mantêm entre o orgulho da insularidade e as dificuldades de viver plenamente a cidadania nacional.**

## Entre o charme... e as cabras

O encanto singular do Maio, também conhecido ultimamente como a “ilha esquecida”, deve-se em grande parte à sua reduzida população residente — cerca de sete mil habitantes. Para se ter uma ideia, só o bairro da Achada Santo António, na cidade da Praia, conta com mais de doze mil pessoas. Não se sabe se todos se conhecem nesta pequena ilha, mas é certo que a hospitalidade se tornou no verdadeiro cartão de visita maiense.

Desde os primórdios do seu povoamento, o Maio luta para reter as suas gentes. Uma ilha que parece adormecida no tempo, como testemunham os versos das suas cantigas e músicas — símbolos de simplicidade e serenidade — magistralmente interpretadas por Betu, que também compõe, Ildo Lobo, Cesária Évora e tantos outros artistas.

Fora desta pacata ilha, também apelidada de “ilha intocada e silenciosa”, os maienses enfrentam, com um fino fair play, episódios de troca e “bullying”, expressos na frase repetida: “Maio tem mais cabras do que gente.” E, de facto, pelo menos no espaço rural, são as cabras que parecem dominar a paisagem.

## Encanto intocado, mobilidade negada

É claro que os maienses se orgulham da insularidade que confere ao seu torrão na-

tal um encanto e uma identidade próprios. Contudo, 50 anos após a independência, continuam a enfrentar as dificuldades das ligações — marítimas e aéreas — que os fariam sentir-se, em pleno, verdadeiros cidadãos nacionais. E é precisamente isso que desejam.

Os constantes atrasos, adiamentos e cancelamentos de voos e de viagens marítimas erguem-se como autênticos obstáculos à mobilidade. São igualmente frequentes as manifestações da população, que clama não só por cuidados médicos especializados, mas também pela resolução de necessidades administrativas que permanecem concentradas nos grandes centros do país.

Trata-se do paradoxal perpetuar de uma condição: a de uma ilha desejadamente intocada e tranquila, mas

que, ao mesmo tempo, se vê limitada pelo isolamento que essa mesma insularidade impõe.

## Entre o sossego e o encanto invicto

O turismo de massa, característico de ilhas como o Sal e Boa Vista, ainda não chegou ao Maio. Aqui, os atractivos são de outra ordem, verdadeiros chamarizes para turistas estrangeiros — sobretudo portugueses, italianos, franceses, alemães e holandeses — mas também para nacionais que procuram na ilha um outro lado da viagem: o sossego e as praias tranquilas, em primeiro lugar.

Não deixam, porém, de se deixar seduzir, ainda que em pequenas doses, pelos sons da tabanca e do batuco. Não na sua forma tradicional, presente na ilha de Santiago,

mas sim num registo mais ligado ao religioso e às colheitas: um verdadeiro encontro entre música, cantares e espiritualidade.

E não se pode esquecer o ecoturismo, cada vez mais procurado. Olhares atentos às tartarugas marinhas, passeios pelas áreas naturais, caminhadas que revelam paisagens singulares. No Maio, os visitantes buscam o exótico, o intocado, o incomum — aquilo que diferencia esta ilha das restantes do arquipélago.

## Ecos fantasmagóricos do Porto Inglês

À semelhança de todos os concelhos do país, também a ilha do Maio guarda as suas histórias populares e fantasmagóricas, muitas delas seculares, transmitidas de geração em geração. Lendas

que resistiram ao tempo e que ainda hoje ecoam entre os mais jovens.

Os mais velhos continuam a aconselhar prudência em relação aos poços da ilha — a célebre “Lagoa Encantada”, refúgio de espíritos protectores. Uma advertência para manter afastadas as forças ocultas e evitar a má sorte. Mas a tradição oral não se limita a isso: persistem igualmente narrativas de naufrágios misteriosos e de barcos-fantasma avistados no horizonte, memórias de um passado em que piratas e mercadores rondavam todas as ilhas de Cabo Verde — e a do Maio não era exceção. Muitas dessas embarcações acabaram por naufragar nas suas costas, o que explica que, ainda hoje, se fale dos espíritos dos marinheiros que pereceram nas águas do Porto Inglês.



Ilha do Maio: Onde o tempo corre devagar e a tradição permanece viva.



Texto: Cláudia da Cruz  
Estagiária

## Tote Zabelinha

Tote Zabelinha é o nome artístico de Gabriel Fernandes Ribeiro Figueira, um multi-instrumentista, compositor e cantor, natural da ilha do Maio.

Nascido em 1956 na localidade da Figueira da Horta, Tote começou a tocar cavaquinho ainda criança. Posteriormente, expandiu os seus talentos musicais para violino, guitarra e outros instrumentos de corda.

Depois de trabalhar durante vários

anos como marítimo, ele se estabeleceu em Roterdão, nos Países Baixos, onde reside e produz música desde o início da década de 1990.

É conhecido por organizar bailes e festas de rabeca (violino) para a comunidade cabo-verdiana em Roterdã. Sua discografia inclui o LP *Mar Sagrado*, gravado em Lisboa em 1991.

Fonte: [cabo-verde-amusica.online](http://cabo-verde-amusica.online)



## Adalberto Siva

Adalberto Higinio Tavares Silva, mais conhecido por Betú, é um dos compositores da sua geração mais reconhecidos a nível nacional.

Nasceu em Porto Inglês, em 1961, tendo iniciado o percurso musical entre amigos. Começou por tocar baixo e depois dedicou-se ao violão e à composição.

Os seus primeiros temas foram gravados nos anos 1980. As suas composições encontram-se hoje gravadas por Cesária Évora, Ildo Lobo, Nancy Vieira, Dudu Araújo, Mirri Lobo, Assol Garcia, entre outros destacados intérpretes cabo-verdianos.

Embora a sua produção não se

restrinja à morna, destacou-se nesse género musical, compondo temas que se tornaram clássicos da música cabo-verdiana. Além disso, é o autor da melodia do atual hino nacional de Cabo Verde.

Formado em economia, Betú trabalhou no setor bancário e exerceu atividade política como deputado. Pelo seu percurso a nível cultural, já recebeu diversas distinções e homenagens, entre elas, uma silhueta construída em 2024 na avenida Amílcar Cabral, a principal e mais nobre via da cidade de Porto Inglês, ilha do Maio.

Foto: Governo de Cabo Verde

Fonte: [www.cabo-verde-amusica.online](http://www.cabo-verde-amusica.online)

## EDITORIAL

### Dar voz aos municípios e às pessoas

A sociedade cabo-verdiana - e os municípios, em particular - tem reclamado com frequência o facto de os temas locais não estarem a merecer o devido tratamento nos órgãos de comunicação social do país, quase sempre arreados numa agenda que normalmente privilegia os assuntos dos grandes centros urbanos e questões de natureza político-partidária que, na maioria dos casos, nada têm a ver com os reais anseios e problemas do dia-a-dia dos cidadãos espalhados pelos 22 municípios e as suas inúmeras aldeias e localidades mais distantes.

Por isso mesmo, o jornal *A Nação* lança hoje a oitava edição do caderno **Município em Destaque**, dedicado ao **Maio**. Anteriormente, já lançamos os cadernos do Paul, da Brava, da Boa Vista, de Santa Cruz, de Tarrafal de São Nicolau, Mosteiros e Porto Novo.

Estamos cientes de que esta iniciativa, pela sua singularidade e exigência, acarreta enormes desafios, mormente para um periódico privado com poucos recursos, mas não nos quedamos perante incertezas nem viramos a cara a esses desafios que vamos enfrentar, contando com a inestimável adesão dos nossos leitores, parceiros e anunciantes.

Assim, o **Município em Destaque** aposta num jornalismo de causas e de serviço público, tendo em vista servir sobretudo o interesse geral dos cabo-verdianos e criar pontes entre o projecto editorial e os cidadãos, suscitando engajamento e empatias com as comunidades locais.

Tudo isso na perspetiva de manter os cidadãos de cada município informados sobre o desenvolvimento local e nacional e estimular a sua participação nas atividades que lhes dizem respeito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que dá voz às pessoas de cada reduto populacional, **Município em Destaque** assume-se como megafone do municipalismo e da necessária proximidade com as populações, as suas dificuldades, os seus sonhos, mas também os seus anseios e vontades para o futuro.

**Município em Destaque** é, ainda, veículo empenhado na exaltação do municipalismo enquanto instrumento mais directo da proximidade dos poderes públicos com os cidadãos, e meio em que têm expressão garantida todas as diferenças irmanadas do sentido republicano do bem comum, da ousadia de fazer diferente e marcar vidas e futuros com a capacidade criativa de cada um e de todos.

**Município em Destaque**, expressão das realidades locais e instrumento do direito à palavra das pessoas comuns e dos protagonistas que fazem a história das comunidades, faz-se hoje à rua com a vontade inabalável de servir as comunidades de cada concelho, de cada ilha, de cada cantinho de Cabo Verde.

Contai com isso de nós!

## DESPORTO & JUVENTUDE

# Entre desafios e novos rumos para o desporto

Texto: Paulo Galvão  
Estagiário

**Na ilha do Maio, o desporto vive um momento de transformação. Enquanto o futebol enfrenta uma grave crise, modalidades associadas aos desportos náuticos, como surf e natação, têm ganhado força, impulsionadas por iniciativas locais e apoio internacional. O mesmo se tem verificado em relação ao basquetebol, muito por influência de Edy Tavares, o atleta maiense que tem ganhado notoriedade a nível mundial. Este movimento promete não só reanimar a prática desportiva, mas também fortalecer a comunidade e o turismo na ilha.**

A ilha do Maio está a atravessar uma fase de importantes avanços a nível desportivo, ao abrir espaço para novas práticas desportivas que envolvem a comunidade e que contribuem para a promoção do turismo desportivo, essencial para a economia local. Apesar dos desafios, o desporto na ilha mostra-se resiliente e inovador, sinalizando um futuro de esperança para o setor, onde o esforço coletivo, o apoio internacional e o talento local podem transformar o panorama atual.

### O potencial dos desportos náuticos

A nível geral, tem-se verificado uma aposta crescente em modalidades que valorizam a ligação da ilha com o mar e com a juventude local. Neste âmbito, destacam-se os desportos náuticos, com o surf e a natação a serem impulsionados por iniciativas como a escola “Onda Azul”, que promove a realização de competições de surf e ministra aulas de natação para todas as idades. Pretende-se, desta forma, promover uma maior ligação com o oceano e com a beleza natural da ilha.

A ilha também é palco do prestigiado evento internacional “Maio Swell Trip”, promovido pela União Europeia. O evento visa potenciar o turismo desportivo e a economia local, ao reunir atletas de renome mundial de surf e windsurf para uma experiência com a comunidade local. O objetivo é fazer com que os atletas partilhem os seus talentos e valores com os maienses,



Edy Tavares

através de aulas gratuitas de surf para crianças e jovens, momentos de trocas culturais e ações ambientais ligadas à preservação do ecossistema marinho.

A Câmara Municipal também planeia dinamizar a prática desportiva, com a construção de infraestruturas e a criação de um calendário anual de atividades que valorize outras modalidades, para além do futebol.

### Basquetebol em ascensão

O basquetebol emerge como uma modalidade promissora no município, impulsionada pelo trabalho e competições organizadas pela Associação Regional

de Basquetebol do Maio (ARBM), com equipas como DjarmaiBasket e Beira-Mar a participarem nos escalões sub-16 e sub-18.

A ilha também recebe o Campus Basquetebol Edy Tavares, uma iniciativa do icónico jogador maiense do Real Madrid, que visa promover a formação de crianças e de jovens talentos, focado na partilha de técnicas da modalidade. O objetivo é inspirar uma nova geração a sonhar alto no desporto.

### Edy Tavares: uma inspiração nacional

Edy Tavares é natural da ilha do Maio e, actualmente, é jogador de basquetebol

profissional do Real Madrid, onde disputa a Liga Endesa e a Euroliga. Foi selecionado pelos Atlanta Hawks em 2014, chegou a jogar nos Cleveland Cavaliers, ao lado de alguns dos melhores jogadores mundiais, entre os quais estava LeBron James. Já foi campeão da Euroliga e já foi um dos cinco melhores jogadores da liga, sendo um exemplo e uma inspiração para vários jogadores cabo-verdianos praticantes desta modalidade.

### Futebol em crise

O futebol na ilha encontra-se, actualmente, numa situação crítica. A temporada 2024/2025, não se rea-

lizou devido à falta de condições e à não participação de vários clubes. A Associação Regional de Futebol do Maio (ARFM) tem enfrentado dificuldades na inscrição dos clubes séniores nas competições. Embora a ilha disponha de infraestruturas relvadas, a falta de organização dos clubes tem sido um obstáculo à participação nas competições nacionais, como o Campeonato Nacional e a Taça da Independência.

### Estádio Dau d' Segunda

Apesar desses constrangimentos, em termos de infraestruturas, de ressaltar o Estádio Dau d'Segunda, que recebeu a final do Campeonato Nacional de Futebol em 2023. O estádio foi inaugurado em 2008 como Estádio Municipal do Maio e foi rebatizado posteriormente com o nome do antigo jogador Dau d'Segunda. A gestão do estádio é feita pela Associação Regional de Futebol do Maio (ARFM).

A nível de equipas, Académica do Maio e Barreirense são as equipas que mais se destacam na ilha, com vários títulos conquistados a nível regional e participações no campeonato nacional.



Projeto “Onda Azul”



Estádio Dau d' Segunda

# Nossa Senhora da Luz: cultura, fé e tradição

**Texto:** Adelise Furtado  
Estagiária

**A ilha do Maio celebra em grande a sua festa do município e as festividades em honra de Nossa Senhora da Luz, padroeira local. Durante mais de três semanas, a agenda cultural e institucional é marcada por actividades diversificadas que promovem a música, a literatura, a religião, o desporto e a tradição, transformando a ilha num verdadeiro ponto de encontro entre maenses e visitantes.**

**E**ste ano, o programa arrancou a 23 de Agosto com o encerramento dos Jogos de Verão e o animado Color Fest na praia de Bixi Rotcha. De 24 a 27 de Agosto, a Praça e a Avenida Amílcar Cabral transformaram-se em espaços de convívio com o projecto “Rádio Praça/Avenida”. Nos dias 28 e 29, o Campo Tutuda acolheu a Feira Cultural, de Negócios e Emigração, valorizando as potencialidades locais.

A cultura ganhou ainda mais destaque a 30 de Agosto, com a “Noite da Garoupa & Poesia” na Praça Europa e o lançamento do livro Speransa y Amor Paraizu Sukundidu, da autoria do Padre Francisco Sanches, no Salão Nobre Isaac Pinheiro. Já a 1 de Setembro, o destaque foi para o lançamento do EP Voz di Magua de Super Mãi, na Rua São José, em Calheta, e o tradicional Encontro com Emigrantes.

O programa incluiu outros momentos altos, como o Morna Jazz Maio (2/09), “Todo Maio Canta” (3/09) e a Grande Feira do Livro (3 a 5/09). Refiram-se ainda noites de música e dança, como o Badjo Intergeracional e o Badjo Conjunto, bem como o tradicional Festival Cultural de Moreira, em Baxona, nos dias 13 e 14 de setembro.

No campo religioso, o ponto alto aconteceu a 8 de setembro, com a Missa Solene em honra de Nossa Senhora da Luz, celebrada na Rua “Juiz de Festa”, reunindo centenas de fiéis numa manifestação de fé e



devoção à padroeira.

## Culinária: caldeirada de peixe e queijo

A gastronomia da Ilha do Maio é marcada por sabores autênticos e produtos locais. Entre os pratos mais apreciados destaca-se a caldeirada de peixe, preparada com garoupa e lagosta, que oferece uma experiência gastronómica rica e saborosa.

Outro sabor típico da ilha é o queijo do Maio, feito com leite de cabra, e conhecido pelo seu sabor único e diferenciado. Tradicionalmente servido com goiabada ou doce de papaia, o queijo também é utilizado em pudins, consolidando-se como uma das maravilhas da culinária cabo-verdiana.

## Riquezas naturais e turismo sustentável

A ilha do Maio tem praias e localidades com grandes potencialidades a nível do turismo. Uma delas é a de Calheta, localizada a

norte da ilha, uma aldeia piscatória que combina tradição, cultura e beleza natural. Com uma baía de águas calmas e rodeada pela maior mancha florestal explorada de Cabo Verde, apresenta um cenário quase mágico, onde o deserto aplanado da ilha se encontra com verdes acácias e a vida marinha.

No centro da aldeia, os sons da natureza ganham vida com bandos de galinhas do mato que procuram alimento e abrigo. A Calheta oferece experiências ligadas à pesca e outras essências, tornando-se um destino turístico considerado imperdível.

## Preservação ambiental

Parte da Ilha do Maio foi classificada como Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO, reconhecendo a sua importância ecológica e a riqueza dos seus ecossistemas. A ilha possui um histórico de desova de tartarugas marinhas, protegidas e monitoradas pela Fundação Maio Biodiversidade

(FMB), que atua em prol da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável da ilha.

A Fundação Maio Biodiversidade (FMB) é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, que conta com uma equipa de 21 colaboradores permanentes. A sua actuação é pautada por uma estreita colaboração com as comunidades locais e pela aposta no turismo sustentável. Entre as actividades promovidas destacam-se as caminhadas noturnas para observação da desova de tartarugas marinhas, a monitorização de ninhos e a libertação de filhotes no mar,

sempre acompanhadas por guias da própria comunidade. A fundação promove ainda o programa homestay, que aproxima turistas e famílias locais, gerando rendimento e fortalecendo os laços sociais. A oferta inclui ainda passeios para observação de aves, trilhas ecológicas e actividades de mergulho em áreas protegidas.

## Salinas do Porto Inglês

A ilha do Maio preserva, nas suas salinas, um tesouro que transcende o tempo: o sal, conhecido em tempos como “ouro branco”. Até ao início do século XX, o sal foi um dos principais produtos de exportação da ilha, atraindo navios britânicos ao Porto Inglês para carregar o valioso mineral.

Hoje, as salinas não são apenas um vestígio histórico, mas também uma atracção turística de valor. Ali, turistas e visitantes podem mergulhar nas histórias locais, conhecer os métodos tradicionais de extração do sal e vivenciar a cultura e identidade do povo maiense.



Salinas no Porto Inglês

## HISTÓRIA EM DESTAQUE

# Uma história de resistência e esperança

Texto: Ilda Fortes

**Situada no extremo oriental do arquipélago de Cabo Verde, a ilha do Maio integra o grupo das ilhas do Sotavento. Com uma história marcada por ciclos de povoamento, exploração económica e resistência, a sua trajetória, embora discreta, é rica em acontecimentos que refletem os desafios e as conquistas de um povo resiliente.**

A ilha do Maio celebra o dia do município a 8 de setembro, data que coincide com as celebrações da santa padroeira, Nossa Senhora da Luz. A data, normalmente assinalada com várias atividades, inspira também uma reflexão sobre o percurso da ilha desde o seu descobrimento em 1460.

A origem do nome Maio divide opiniões. Para alguns, a designação está ligada ao mês do seu descobrimento. Outros defendem que a vegetação relativamente mais verde que a das ilhas vizinhas terá motivado a escolha.

Durante os primeiros anos após o descobrimento, a ilha permaneceu praticamente desabitada, sendo utilizada esporadicamente como ponto de escala para navios e, sobretudo, como local de recolha de sal, um produto abundante nas salinas da ilha, especialmente nas proximidades do atual Porto Inglês.

### Colonização e exploração do sal

O início do povoamento ocorreu nos séculos XVII e XVIII, quando o sal produzido na ilha passou a ser explorado de forma mais intensa e sistemática. O sal marinho produzido na ilha tornou-se num produto de exportação valioso. A vila do Porto Inglês, nome que remete aos frequentes contactos comerciais com navios britânicos na altura, tornou-se no centro ad-



ministrativo e económico da ilha.

A expansão da exploração do sal também levou a um aumento da população, com a fixação de colonos portugueses, mão de obra escrava africana e, mais tarde, descendentes mestiços. O sal não só movimentava a economia como moldava a estrutura social. Durante este período, foram construídas infraestruturas como armazéns, igrejas e casas coloniais, algumas das quais ainda resistem ao tempo.

### Crises e resistência

Ao longo dos séculos, a economia da ilha do Maio enfrentou diversos desafios. Com o declínio do comércio do sal e as mudanças nas rotas comerciais internacionais, e economia local passou por períodos de estagnação económica. Além

disso, a insularidade e a aridez do solo limitaram o desenvolvimento agrícola e industrial da ilha, tornando-a dependente de outras regiões do país.

A partir do século XIX, a ilha enfrentou sucessivas crises, com períodos de seca prolongadas, fome severa e emigração. Muitos habitantes migraram para outras ilhas ou para o estrangeiro em busca de melhores condições.

Mais recentemente, as obras de requalificação e expansão do porto trouxeram esperanças de uma viragem económica e de progresso. No entanto, os problemas técnicos por que tem passado a infraestrutura defraudaram as expectativas iniciais. Os problemas de assoreamento no local têm causado sérios constrangimentos, dificultando a atracagem de embarcações e o

desembarque de passageiros, comprometendo assim a fluidez de passageiros e mercadorias.

### Olhar para o futuro

Apesar dos desafios, nos últimos anos têm surgido iniciativas locais e nacionais que têm procurado valorizar o património natural e histórico da ilha, fomentar o turismo sustentável e a preservação do ambiente, assim como promover o empreendedorismo local. Projetos ligados à proteção das tartarugas marinhas, à promoção do artesanato e à dinamização de eventos culturais têm procurado dinamizar a vida económica e social da ilha. Além disso, a ilha do Maio manteve vivas a sua cultura e os seus modos de vida tradicionais.

No entanto, o processo de desenvolvimento tem sido

desigual e a ilha continua a enfrentar sérios desafios relacionados com o isolamento geográfico, o fraco investimento em infraestruturas e a limitada oferta de emprego, especialmente para os mais jovens.

A história da ilha do Maio está inscrita nas suas paisagens, no modo de vida das suas gentes e nos vestígios do passado colonial. A Igreja de Nossa Senhora da Luz, o antigo farol, as salinas e as casas de pedra são testemunhos de uma história que, embora marcada por dificuldades, também é feita de resistência, fé e esperança. Além disso, ela retrata a história de um povo que soube adaptar-se às adversidades naturais e económicas, preservando, ao longo dos séculos, uma identidade cultural única e um modo de vida baseado na simplicidade e no respeito pela natureza.

# Natureza, arquitetura e tradição

Texto: Ilda Fortes

**A ilha do Maio é um exemplo notável de como o património natural, arquitetónico e cultural podem entrelaçar-se para formar uma identidade singular. As salinas, reservas naturais, igrejas históricas, faróis e fortalezas coexistem harmoniosamente com tradições como a tabanca e as festas religiosas, unindo o passado e o presente, fazendo do Maio uma ilha emblemática. Conciliar a proteção e o aproveitamento sustentável desses patrimónios é fundamental, para assegurar que as futuras gerações herdem essa riqueza natural e cultural única.**

A tranquilidade, as paisagens naturais e o rico património cultural refletem a identidade profunda do povo maiense. Com um ambiente natural singular, caracterizado pelo relevo pouco acentuado, ecossistemas costeiros, dunas, salinas e lagoas, o património natural da ilha é um dos seus maiores atrativos. As praias de areia branca são habitat de espécies protegidas, como as tartarugas marinhas que ali desovam anualmente. A ilha também abriga áreas de vegetação endémica, importantes para o equilíbrio ecológico.

## Reservas naturais e tesouros arquitetónicos

Em 2020, a ilha foi formalmente reconhecida como Reserva da Biosfera pela UNESCO, integrando-se num sistema de territórios que visam conciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento sustentável, valorizando ecossistemas frágeis e espécies endémicas ou ameaçadas.

Neste âmbito, a ilha possui diversas áreas de proteção natural, incluindo parques naturais e paisagens protegidas. Entre estas, destacam-se as salinas do Porto Inglês, classificadas como zona RAMSAR, uma área húmida de importância internacional, essencial para aves migratórias, desova de tartarugas e biodiversidade costeira e salina.

Outro destaque são as Terras Salgadas do Norte, planícies costeiras salinas

que integram ecossistemas de dunas, lagoas e habitats costeiros áridos. Uma outra área protegida é o Monte Penoso, o ponto mais elevado da ilha, com cerca de 431 metros. Estes espaços concentram uma rica biodiversidade de espécies de fauna e flora terrestres e marinhas, incluindo espécies ameaçadas e endémicas, além de paisagens com potencial para o turismo ecológico.

Paralelamente, o Maio preserva um património arquitetónico valioso, com destaque para as construções típicas do período colonial na cidade do Porto Inglês. Uma das mais emblemáticas é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz, construída no século XIX, que se mantém até hoje como símbolo da fé e resistência do povo local. Outro edifício relevante é o Farol do Forte de São José, também no Porto

Inglês. Embora desativado, guarda memórias da navegação atlântica e da história marítima da ilha. Além desses, o património arquitetónico inclui sobrados e outros edifícios.

## Tradições culturais

As tradições culturais do Maio continuam vivas através de festas, música, dança, culinária e artesanato. Uma das manifestações culturais mais importantes da ilha é a tabanca, uma festa comunitária, com componentes religiosos e profanos, que inclui música, dança, rondas entre bairros, encontros, procissões e desfiles com trajes coloridos, que são um símbolo de identidade cultural local.

A devoção a Nossa Senhora da Luz, santa padroeira da ilha, é outra expressão marcante da religiosidade maense. Ce-

lebrada anualmente a 8 de setembro, a festa mobiliza residentes na ilha, mas também emigrantes que visitam. De destacar, ainda, as festividades de Santa Cruz, amplamente celebradas anualmente no mês de maio.

Na música, destacam-se os ritmos tradicionais, como a morna, a coladeira e o funaná. O artesanato local também tem grande valor cultural. Com materiais locais como palha, madeira e conchas, são produzidos cestos, chapéus e bijuterias inspiradas na fauna, a flora e o quotidiano da ilha. A ilha também tem uma forte tradição na olaria, com a criação de objetos decorativos e utensílios de cozinha.

As salinas do Porto Inglês constituem, também, um importante símbolo da identidade e da memória coletiva local. Para

valorizar esse património, foi criado o Centro Interpretativo das Salinas do Maio, que visa explorar o potencial turístico do local. O centro destaca a importância do sal como atividade económica e a história sobre as utilizações do produto na conservação dos alimentos e a nível terapêutico. Além disso, promove a educação ambiental através da criação de trilhos e postos de observação de aves.

Esses e outros projetos têm apostado na promoção de um turismo sustentável, ancorado na história, tradições culturais e na biodiversidade local. Paralelamente, há um esforço para salvaguardar as manifestações culturais, garantindo que as futuras gerações possam continuar a celebrar e preservar o rico património e as tradições que moldaram a história da ilha.



Forte de São José. Fonte: Cabo Verde Travel Guide

## PUBLICIDADE

# A MAÇÃ PREFERIDA É DA FAMÍLIA

Com menos açúcar  
e um sabor irresistível,  
Trin Maçã é o refrigerante  
perfeito para acompanhar  
os momentos simples  
e especiais do dia a dia  
da sua família.



# Classificados



Ministério da Agricultura  
e Ambiente  
Direção Nacional do Ambiente

## ANÚNCIO

### “INTERVENÇÃO DA FASE 1-B DO AEROPORTO INTERNACIONAL NELSON MANDELA (RAI)”

#### ILHA DE SANTIAGO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**INTERVENÇÃO DA FASE 1-B DO AEROPORTO INTERNACIONAL NELSON MANDELA (RAI)**” do proponente CABO VERDE AIRPORTS (CVA) para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 05 de setembro a 06 de outubro nos seguintes locais:

- [www.maa.gov.cv](http://www.maa.gov.cv);
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Praia;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Santiago Sul.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: [rosiana.semedo@maa.gov.cv](mailto:rosiana.semedo@maa.gov.cv) com conhecimento de [Celestino.Barbosa@maa.gov.cv](mailto:Celestino.Barbosa@maa.gov.cv)

A Diretora Nacional do Ambiente

  
/ Ethel Fernandes Rodrigues /

Cidade da Praia, 09 de setembro de 2025



Ministério da Agricultura  
e Ambiente  
Direção Nacional do Ambiente

## ANÚNCIO

### “INTERVENÇÃO DA FASE 1-B DO AEROPORTO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL (SID)”

#### ILHA DO SAL

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**INTERVENÇÃO DA FASE 1-B DO AEROPORTO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL (SID)**” do proponente CABO VERDE AIRPORTS (CVA) para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 05 de setembro a 06 de outubro nos seguintes locais:

- [www.maa.gov.cv](http://www.maa.gov.cv);
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Sal;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Sal.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: [rosiana.semedo@maa.gov.cv](mailto:rosiana.semedo@maa.gov.cv) com conhecimento de [Celestino.Barbosa@maa.gov.cv](mailto:Celestino.Barbosa@maa.gov.cv)

A Diretora Nacional do Ambiente

  
/ Ethel Fernandes Rodrigues /

Cidade da Praia, 09 de setembro de 2025

## TRANSCOR

EMPRESA DE TRANSPORTES RODoviÁRIOS DE PASSAGEIROS

TRANSCOR – SV, S.A.

Assembleia Geral – Ordinária

### CONVOCATÓRIA

Nos termos da Lei e ao abrigo do disposto nos Artigos 294º, 296º, 297 e 298º do Código das Empresas Comerciais e o Estatutos da Sociedade artigo 14º ponto 1, alíneas b), c) e k) e art.º 16º pontos 1 e 2, são convocados todos os Accionistas para uma Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 25 de outubro de 2025, Sábado, pelas 18:00 na Sala de Conferência do MindelHotel, com os pontos de Ordem de Trabalho:

1. **Discussão e aprovação do Plano anual de atividades e o orçamento para o ano económico de 2026;**
2. **Informações.**

São Vicente, aos 09 dias de setembro de 2025

A Presidente da Mesa da Assembleia,

  
/ Angela Maria Garcia de Deus /



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

## EXTRATO

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia oito do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e cinco, de folhas setenta e seis à setenta e sete, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia dez do mês de junho do ano dois mil e dezassete, no hospital **Dr. Baptista de Sousa**, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Monte Sossego, faleceu **Agostinha Rosa Lopes**, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, no estado de solteira.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Billy Wilson Lopes da Luz; b) Elton**

**João Lopes Fortes; c) Rute Lopes Fortes**; estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde residem; **d) Alcídia Lopes Rocha**, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, residente em Portugal; todos solteiros, maiores.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida “**de cujus**”.

**ESTÁ CONFORME.**

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos nove de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

**Soma:.....1.200\$00**

Processo n.º 1008735

Conta n.º 202514286

.....

O Notário,

  
/ Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 3100/VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: [SegundocartorioSV@gov.cv](mailto:SegundocartorioSV@gov.cv)



## ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/UGA-ANAS/2025

### “Fornecimento de 14 sistemas de dosagem de hipoclorito de cálcio 65%, e instalação e comissionamento de quadros elétricos”

- Entidade Adjudicante:** Agência Nacional de Água e Saneamento, a qual tem sede em Tira Chapéu, Cidade da Praia.
- Órgão competente para a decisão de contratar:** Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Água e Saneamento.
- Órgão competente para autorizar despesa:** Ministro de Agricultura e Ambiente.
- Entidade responsável pela condução do procedimento:** A Entidade responsável pela condução do procedimento é a ANAS, através da Unidade de Gestão de Aquisição a qual tem sede em Tira Chapéu • C.P. 567 • Cidade da Praia • República de Cabo Verde Tel.: (+238) 261 42 14 / 261 60 00.
- Financiamento:** As despesas relativas à celebração do contrato são financiadas pelo Governo de Cabo Verde, através do Projeto Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão.
- Objeto do Concurso:** Fornecimento de 14 (catorze) Sistemas de Dosagem de Hipoclorito de Cálcio 65% e instalação e comissionamento de quadros elétricos.
- Local da execução do contrato:** Ilha de Santo Antão.
- Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos por e-mail através do endereço [aneth.lopes@anas.gov.cv](mailto:aneth.lopes@anas.gov.cv), [carine.pinto@anas.gov.cv](mailto:carine.pinto@anas.gov.cv), [auxilia.santos@anas.gov.cv](mailto:auxilia.santos@anas.gov.cv).
- Visita obrigatória ao local da obra:** será realizada uma visita técnica onde os trabalhos serão realizados, nos seguintes dias:
  - Dia 09 de setembro de 2025, pelas 10:00, com concentração em frente ao Posto de Enacol de Ribeira Grande;
  - Dia 10 de setembro de 2025, pelas 09:30, com concentração em frente da Delegação Regional Norte da ANAS em Porto Novo.
- Custo dos documentos de concurso:** Os documentos do presente Procedimento podem ser adquiridos mediante o pagamento de 25.000\$00 (vinte cinco mil escudos) não reembolsáveis. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito (DUC), na conta corrente a indicar pelo serviço de contabilidade da ANAS.
- Não são admitidas **propostas com variantes**.
- Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública.
- Modo de apresentação das propostas:** 1 (um) **original impresso**, 1 (uma) **cópia impressa** e 1 (uma) **cópia digital** (*pendrive*).

As propostas impressas devem conter as menções “original” e “cópia”, devendo a cópia ter as mesmas assinaturas que o original. As citadas propostas devem ser remetidas por via de correio registado ou entregues por portador contra recibo na secretaria da ANAS, Tira Chapéu, Cidade da Praia, C.P. 567 Cidade da Praia, em envelope fechado, com a inscrição:

“CP\_Nº04/UGA-ANAS/2025\_FORNECIMENTO DE 14 SISTEMAS DE DOSAGEM DE HIPOCLORITO DE CÁLCIO 65% E INSTALAÇÃO DE QUADROS ELÉTRICOS”.

- Língua:** As propostas bem como toda a documentação técnica que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa.
- Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas **até 16:00 horas** do dia **08 de setembro de 2025**, conforme indicações do programa de concurso, no endereço indicado no ponto 3 do presente anúncio.
- Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 dias, devendo ser prestada caução de garantia de manutenção das propostas no valor de 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil escudos CV), nos termos do n.º 2, art. 107.º do CCP.
- Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é a proposta economicamente mais vantajosa, em conformidade com o ponto 18. do Programa de concurso.
- Ato público:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na Sede da ANAS, as **10:00 horas** do dia **09 de setembro de 2025**, onde deverão estar presentes os 3 (três) membros do Júri e um representante da Procuradoria-Geral da República e os representantes dos concorrentes, devidamente credenciados para o efeito.

**2. Esclarecimento:** Os concorrentes interessados para uma boa compreensão dos documentos do procedimento poderão solicitar esclarecimento, por escrito, pelo endereço eletrónico [aneth.lopes@anas.gov.cv](mailto:aneth.lopes@anas.gov.cv), [carine.pinto@anas.gov.cv](mailto:carine.pinto@anas.gov.cv), [auxilia.santos@anas.gov.cv](mailto:auxilia.santos@anas.gov.cv) até o prazo indicado no programa do concurso.

#### 3. Lei aplicável ao procedimento:

O presente procedimento será regido por Lei n.º 88/VIII/2015 de abril, que aprova o Código de Contratação Pública, o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de novembro), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos standardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (BO n.º 78).

Cidade da Praia, aos 03 de setembro de 2025





## ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 05/UGA-ANAS/2025

### “Empreitada para a Construção de Sistema de Adução e Distribuição entre Cabouco de Cosco -Cruz, em Ribeira Grande, Ilha de Santo Antão”

1. **Adjudicante:** Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), a qual tem sede em Tira Chapéu-Praia.

2. **Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:** Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Água e Saneamento, ao abrigo de poderes delegados pelo Conselho de Ministros, através da resolução nº47/2025, publicada em 10 de junho de 2025.

3. **Entidade responsável pela condução do procedimento:** A ANAS, através da Unidade de Gestão de Aquisição (UGA) a qual tem sede em Rotunda Braz, Tira Chapéu - Praia C.P 567\* Cidade da Praia \* República de Cabo Verde, Tel.: (+238) 333 8834/3338852/261 42 14.

4. **Financiamento:** As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelo projeto de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão.

5. **Objeto do Concurso:** O presente concurso destina-se a execução da “Empreitada para a Construção de Sistema de Adução e Distribuição entre Cabouco de Cosco -Cruz, em Ribeira Grande, Ilha de Santo Antão”.

6. **Local da execução do contrato:** Ilha de Santo Antão.

7. **Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos do presente concurso podem ser obtidos por e-mail através do endereço [Aneth.Lopes@anas.gov.cv](mailto:Aneth.Lopes@anas.gov.cv), [carine.pinto@anas.gov.cv](mailto:carine.pinto@anas.gov.cv) e [auxilia.santos@anas.gov.cv](mailto:auxilia.santos@anas.gov.cv).

8. **Visita obrigatória ao local da obra:** será realizada uma visita técnica onde os trabalhos serão realizados, no dia 17 de setembro de 2025, pelas 10:00, com concentração em delegação MAA Ribeira Grande da ilha de Santo Antão.

9. **Custo dos documentos de concurso:** Os documentos do presente Procedimento podem ser adquiridos mediante o pagamento de 80.000\$00 (Oitenta mil escudos) não reembolsáveis. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito (DUC), na conta corrente a indicar pelo serviço de contabilidade da ANAS. O pagamento deve ser efetuado até 24 horas da emissão do DUC.

10. Não são admitidas **propostas com variantes**.

11. **Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública. Só podem ser admitidos os concorrentes que satisfaçam os requisitos técnicos e financeiros estabelecidos nos documentos do procedimento.

12. Modo de apresentação das propostas: 1 (um) **original impresso**, 1 (uma) **cópia impressa** e 1 (uma) **cópia digital** (pendrive).

As propostas impressas devem conter as menções “original” e “cópia”,

devendo a cópia ter as mesmas assinaturas que a original. As citadas propostas devem ser remetidas por via de correio registado ou entregues por portador contra recibo na secretaria da ANAS, Tira Chapéu-Praia C.P. 567 Cidade da Praia □, em envelope fechado, com a inscrição:

**“CONCURSO PUBLICO Nº05/UGA-ANAS/2025\_EMPREITADA PARA A CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ADUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ENTRE CABOUCO DE COSCO-CRUZ, EM RIBEIRA GRANDE, DA ILHA DE SANTO ANTÃO”**

13. **Língua:** As propostas, bem como toda a documentação técnica que as acompanham, devem ser redigidas em língua portuguesa.

14. **Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até 16 de outubro de 2025, conforme indicações do programa de concurso, no endereço indicado no ponto 3 do presente anúncio.

15. **Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 dias, devendo ser prestada caução de garantia de manutenção das propostas no valor 300.000\$00 (trezentos mil escudos).

16. **Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é a proposta economicamente mais vantajosa, em conformidade com o ponto 18. do Programa de concurso.

17. **Ato público:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na Sede da ANAS, as 10:00 horas do dia 17 de outubro de 2025, onde deverão estar presentes os 3 (três) membros do Júri e um representante da Procuradoria-Geral da República e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

18. **Lei aplicável ao procedimento:** O presente procedimento será regido por Lei n.º 88/VIII/2015 de abril, que aprova o Código de Contratação Pública, o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de novembro), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos standardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (BO n.º 78).

Cidade da Praia, aos 10 de setembro de 2025.

UGA – ANAS

/Aneth Lopes/

Tira Chapéu C.P. 567 Cidade da Praia República de Cabo Verde  
Tel.: (+238) 261 42 14 / 261 60 00



**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE)  
PARA A REABILITAÇÃO DA ESTRADA BOCA DE FIGUEIRAL/  
JOÃO AFONSO, NA ILHA DE SANTO ANTÃO**

**ANÚNCIO DE CONCURSO Nº C- SA-02/2025/P178644\_02/MIOTH  
Solicitação de Manifestação de Interesse**

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso Público N.º C-SA-02/2025/P178644\_02/MIOTH** para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a **Elaboração do Projecto de Execução para a Reabilitação da Estrada Boca de Figueiral/João Afonso, na ilha de Santo Antão**, financiado pelo Banco Mundial.

2. Ao Concurso podem candidatar-se Gabinetes Nacionais ou Estrangeiros que possuem Certificado de registo comercial com atividades de estudos, projetos e fiscalização na área da engenharia civil.

3. Os Termos de Referência estarão disponíveis no endereço abaixo indicado, a partir de **17 de setembro de 2025** até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas, entre as 08:00 horas e as 17:00 horas.

4. Os Candidatos podem a partir do dia **17 e até ao dia 22 de setembro de 2025** obter esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência pelos endereços de correio eletrónico abaixo indicados. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **26 de setembro de 2025**.

5. As Candidaturas elegíveis, redigidas em língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos nos Termos de Referência, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde **até às 10 horas do dia 29 de setembro de 2025**, em invólucro fechado, em 1 exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (Pen Drive).

6. O **Ato público de abertura** das Candidaturas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **29 de setembro de 2025 às 10h30**, na presença dos representantes dos Candidatos que desejarem assistir.

7. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, Avenida Santiago nº 28, 4º andar, Prédio Ordem dos Engenheiros  
CP 343 –A, Palmarejo – Praia - República de Cabo Verde  
Tel.: (+238) 262 99 51/52

Email: [concursos@estradas.cv](mailto:concursos@estradas.cv) ; [pedro.t.silva@mioth.gov.cv](mailto:pedro.t.silva@mioth.gov.cv); [bruce-linda.veiga@gov.cv](mailto:bruce-linda.veiga@gov.cv);

Com conhecimento: [antoniom.tavares@mioth.gov.cv](mailto:antoniom.tavares@mioth.gov.cv); [manuel.v.fernandes@gov.cv](mailto:manuel.v.fernandes@gov.cv)

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE) PARA REABILITAÇÃO DA ESTRADA MILHO BRANCO/ACHADA BALEIA/NOSSA SENHORA DA LUZ/MOIA MOIA, NA ILHA DE SANTIAGO**

**ANÚNCIO DE CONCURSO Nº C-ST-03/2025/P178644\_02/MIOTH  
Solicitação de Manifestação de Interesse**

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso Público N.º C-ST-03/2025/P178644\_02/MIOTH** para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a **Elaboração do Projecto de Execução para a Reabilitação da Estrada Milho Branco/Achada Baleia/Nossa Senhora da Luz/Moia Moia, na ilha de Santiago**, financiado pelo Banco Mundial.

2. Ao Concurso podem candidatar-se Gabinetes Nacionais ou Estrangeiros que possuem Certificado de registo comercial com atividades de estudos, projetos e fiscalização na área da engenharia civil.

3. Os Termos de Referência estarão disponíveis no endereço abaixo indicado, a partir de **17 de setembro de 2025** até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas, entre as 08:00 horas e as 17:00 horas.

4. Os Candidatos podem a partir do dia **17 e até ao dia 22 de setembro de 2025** obter esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência pelos endereços de correio eletrónico abaixo indicados. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **26 de setembro de 2025**.

5. As Candidaturas elegíveis, redigidas em língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos nos Termos de Referência, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde **até às 10 horas do dia 29 de setembro de 2025**, em invólucro fechado, em 1 exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (Pen Drive).

6. O **Ato público de abertura** das Candidaturas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **29 de setembro de 2025 às 12h00**, na presença dos representantes dos Candidatos que desejarem assistir.

7. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, Avenida Santiago nº 28, 4º andar, Prédio Ordem dos Engenheiros  
CP 343 –A, Palmarejo – Praia - República de Cabo Verde  
Tel.: (+238) 262 99 51/52

Email: [concursos@estradas.cv](mailto:concursos@estradas.cv) ; [pedro.t.silva@mioth.gov.cv](mailto:pedro.t.silva@mioth.gov.cv); [bruce-linda.veiga@gov.cv](mailto:bruce-linda.veiga@gov.cv);

Com conhecimento: [antoniom.tavares@mioth.gov.cv](mailto:antoniom.tavares@mioth.gov.cv); [manuel.v.fernandes@gov.cv](mailto:manuel.v.fernandes@gov.cv)

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.





## Anúncio Público

### Procedimento N.º 004/ERIS/2025 para o fornecimento de uma viatura operacional à ERIS.

1. **Entidade Adjudicante:** Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS), com sede na Av. Cidade de Lisboa, Várzea Caixa Postal 296-A, Praia, Cabo Verde e telefones 2626410/2622453/2626457.

2. **Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração da Entidade Reguladora Independente da Saúde.

3. **Entidade responsável pela condução do procedimento:** Entidade Reguladora Independente da Saúde, telefones (+238) 2626410/2622453/2626457.

4. **Objeto do procedimento:** Fornecimento de uma viatura operacional.

5. **Local da execução do contrato:** Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS), com sede na Av. Cidade de Lisboa, Várzea.

6. **Prazo de execução do contrato:** O contrato permanecerá em vigor até a entrega da viatura, consoante apresentado na proposta vencedora.

7. **Obtenção dos documentos do procedimento:** Os documentos relativos ao presente procedimento podem ser solicitados através do endereço eletrónico: [jacinta.lopes@eris.cv](mailto:jacinta.lopes@eris.cv) ou na sede da ERIS.

8. **Requisitos obrigatórios para a apresentação de candidatura:** Podem ser admitidas empresas nacionais, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública. A empresa deverá possuir os requisitos estabelecidos no Programa de Concurso.

9. **Não são admitidas:** Candidaturas que não cumpram com os requisitos previstos no documento de concurso.

10. **Modo de apresentação das candidaturas:** Em envelope fechado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante, respeitando as indicações definidas no Programa de Concurso.

11. **Língua:** As candidaturas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.

12. **Data de apresentação de candidaturas:** Os interessados devem apresentar as candidaturas até às 09 horas do dia 23 de setembro de 2025.

13. **Ato público de abertura das candidaturas:** Pelas 10 horas do dia 23 de setembro de 2025, podendo os interessados participar presencialmente e nela intervir todos os candidatos e/ou seus representantes devidamente credenciados para o efeito.

14. **Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a sua entrega.

15. **Critério de adjudicação:** A adjudicação é realizada utilizando o método de seleção baseado em qualidade e preço, conforme expresso no Programa de Concurso.

16. **Cauções e garantias:** No caso de a proposta adjudicada prever adiantamentos de preço, devem ser prestadas cauções de valor igual ao dos adiantamentos prestados, desde que não exceda 30% do valor total do contrato.

17. **Outras informações:** Após concluída a avaliação das propostas técnica e financeira, a ERIS notifica os concorrentes do resultado da avaliação.

18. **Identificação do autor do anúncio:** Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS).

19. **Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015, alterada pela Lei n.º 69/IX/2019, de 31 de dezembro.

Praia, 08 de setembro de 2025.

O Presidente do Conselho de Administração,  
/Eduardo Jorge Monteiro Tavares/

S E D E : Av. Cidade de Lisboa, Várzea CP. 296 - A, Praia - Cabo Verde • tel. (+238) 262 6410/57 | 262 2453 • fax (+238) 262 4970  
D E L E G A Ç Ã O D A R E G I A Ç Ã O N O R T E : Prédio dos Correios, Centro de Mindelo, 2.º andar - Cabo Verde • tel. (+238) 231 3000  
eris@eris.cv • www.eris.cv



Nome da Empresa Emitente: Ecobank Cabo Verde, SA  
Endereço: Avenida Cidade de Lisboa  
Capital Social: 829.858.400\$00  
NIF: 255963068

## COMUNICADO Pagamento de Juros do 8º Cupão

Avisam-se os titulares de Obrigações Série D da emitente Ecobank Cabo Verde, SA, que, em conformidade com as condições de emissão, se encontram a pagamento, a partir de 28 de setembro de 2025, os juros relativos ao 8º Cupão, das obrigações com o código ISIN: Série D - CVECVDOM0003, cujo valor por obrigação é o seguinte:

SUBSCRITORES	DATA EMISSAO	MONTANTES	
		PRINCIPAL	JUROS LIQUIDOS
OBRIGACOES 5,00%	28-09-2021	1 000,00	22,50

O agente pagador nomeado para o efeito é o Intermediário Banco Central de Cabo Verde, processando-se o pagamento de acordo com os regulamentos em vigor, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Praia, 17 de setembro de 2025

A Empresa Emitente.

Ecobank Cabo Verde S.A.  
Avenida Cidade de Lisboa - Várzea - CP. nº 274/G, Praia  
Telf: (+238) 260 36 60 - Fax: (+238) 261 10 90 - E-mail: ecobank@ecobank.cv  
www.ecobank.cv



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



## EXTRATO

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia quatro do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina do Fogo, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número quatro, de folhas cinquenta e três verso a cinquenta e quatro verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e um do mês de Agosto do ano dois mil e vinte e cinco, em Ribeira Portal, na freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual em Achada Furna, faleceu **MARCELINO GONÇALVES**, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, no estado de solteiro. - Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiras legitimárias, as suas filhas, a saber: **1. Rosa Livramento**

**Fernandes Gonçalves**, unida de fato com Pedro Novo António Andrade, sob o regime da comunhão de adquiridos; **2. Dulcilina Fernandes Gonçalves**, solteira, maior; e **3. Meliça Fernandes Gonçalves**, solteira, maior, todas naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, onde residem em Achada Furna.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram às mencionadas herdeiras ou que com elas possam concorrer na sucessão à herança do referido **Marcelino Gonçalves**.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina do Fogo, aos quatro de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto... 200\$00

**Soma:.....1.200\$00**

Processo n.º 1006390

Conta sob o n.º 202504838

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina - Fogo, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 282 10 50/VOIP (333) 8243, (333) 8283, Email: Conservatoria.CartorioSCFogo@gov.cv



TECNOVIA CV – Empresa de referência no setor da Construção Civil e Obras Públicas, pretende reforçar a sua equipa nas ilhas de Santiago e São Nicolau com profissionais qualificados para acompanhar a sua expansão a nível nacional.

#### Vagas Disponíveis

- Manobradores
- Condutores
- Mecânicos

#### Perfil:

- Experiências Comprovada na operação e manutenção de equipamentos pesados;
- Boa capacidade de comunicação, organização e trabalho em equipa;
- Espírito de iniciativa, planeamento e organização;
- Sentido de responsabilidade e compromisso com a segurança.

#### Oferecemos

- Remuneração compatível com a função;
- Possibilidade de crescimento pessoal e profissional numa empresa sólida e de referência no mercado de obras públicas em Cabo Verde.
- Possibilidade no futuro de integração numa das empresas do Grupo noutras geografias.

#### Contactos:

Resposta com Curriculum Vitae detalhado até 30 de setembro de 2025.

**EMAIL:** [rh.caboverde@tecnovia.pt](mailto:rh.caboverde@tecnovia.pt)

MORADA: Avenida Cidade de Lisboa, Prédio IIB, 4.º andar.

Só serão consideradas as candidaturas com Curriculum Vitae anexo.

Para mais informações, poderá contactar-nos através do número: 596 35 25.



TECNOVIA CV – Empresa de referência no setor da Construção Civil e Obras Públicas, pretende reforçar a sua equipa nas ilhas de Santiago e São Nicolau, com profissionais qualificados para acompanhar a sua expansão a nível nacional.

#### Vagas Disponíveis

- Engenheiro Civil
- Técnico de Laboratório
- Encarregados
- Chefes de Equipa

#### Perfil Requerido:

- Boa capacidade de comunicação, organização e trabalho em equipa;
- Espírito de iniciativa, planeamento e organização;
- Sentido de responsabilidade e compromisso com a segurança.
- Preferencial: Experiência comprovada em obras de estradas e infraestruturas;

#### Oferecemos:

- Remuneração compatível com a função;
- Oportunidade de crescimento pessoal e profissional numa empresa sólida e de referência no mercado de obras públicas em Cabo Verde.

#### Contactos:

Resposta com Curriculum Vitae detalhado até 30 de setembro de 2025.

**EMAIL:** [rh.caboverde@tecnovia.pt](mailto:rh.caboverde@tecnovia.pt)

MORADA: Avenida Cidade de Lisboa, Prédio IIB, 4.º andar.

Só serão consideradas as candidaturas com Curriculum Vitae anexo.

Para mais informações, poderá contactar-nos através do número: 596 35 25.

Para mais informações, poderá contactar-nos através do número: 596 35 25.



A TECNOVIA CV – Empresa de referência no setor da Construção Civil e Obras Públicas, pretende reforçar a sua equipa nas ilhas de Santiago e São Nicolau com profissionais qualificados para acompanhar a sua expansão nacional.

#### Vagas Disponíveis

- Canalizadores
- Pedreiros
- Carpinteiros
- Serventes

#### Perfil:

- Experiência em obras de estradas/infraestruturas;
- Boa capacidade de comunicação, organização e trabalho em equipa;
- Espírito de iniciativa, planeamento e organização;
- Sentido de responsabilidade e compromisso com a segurança.

#### Oferecemos:

- Remuneração compatível com a função;
- Possibilidade de crescimento pessoal e profissional numa empresa sólida e de referência no mercado de obras públicas em Cabo Verde.

#### Contactos:

Resposta com Curriculum Vitae detalhado até 30 de setembro de 2025.

**EMAIL:** [rh.caboverde@tecnovia.pt](mailto:rh.caboverde@tecnovia.pt)

MORADA: Avenida Cidade de Lisboa, Prédio IIB, 4.º andar.

Só serão consideradas as candidaturas com Curriculum Vitae anexo.

Para mais informações, poderá contactar-nos através do número: 596 35 25.

Para mais informações, poderá contactar-nos através do número: 596 35 25.



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



**NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira**

### EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e cinco de Julho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 36F e 36V, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Manuel Pereira**, falecido em França, no dia vinte e um de Abril de dois mil e vinte e quatro, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Eusebia Lopes da Costa**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Manuel António Pereira da Costa**, solteiro, maior, natural de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal,

residente em França, **Celina da Costa Pereira**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Ana Maria da Costa Pereira**, solteira, maior natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custa..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º1010192/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP.º, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24 / VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



## EXTRATO

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e seis do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e cinco, de folhas trinta e quatro verso à trinta e seis verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia dezanove do mês de julho do ano mil novecentos e noventa e oito, numa casa em Monte Sossego, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **GREGÓRIO AUGUSTO ALVES**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casado com Maria Antónia Dias Alves, sob o regime da comunhão geral de bens.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Afonso Henrique Alves**, casado com Iolanda Lima Oliveira, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Porto Novo; **b) Idalina Maria Alves**, divorciada, residente em Mindelo; **c) Terêncio Gregório Alves**, casado com Lucília Benilde Silva Barros, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente na cidade da Praia; **d) Josefina Maria Alves dos Santos**, casada com André Augusto dos Santos, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Mindelo; **e) Graciete Maria Alves Melo Santos**, (já falecida); **f) Joana Baptista Alves**, unida de fato com Emídio Augusto Ramos Lima, residente na cidade da Praia; **g) Maria da Encarnação Alves da Silva Rocha**, casada com José da Silva Rocha, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente na cidade da Praia; **h) Maria da Luz Alves Mendes**, à data do óbito casada com António Pedro Lima Mendes, sob o regime da comunhão de adquiridos, sendo atualmente viúva, residente em Mindelo; **i) Damião Gregório Dias Alves**, casado com Filomena Oliveira Silva, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Paris - França; **j) Filomena Maria Dias Alves**, solteira, maior, residente em Paris - França; **k) Sónia Maria Dias Alves Fermino**, casada com João Manuel Lima Rodrigues Fermino, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Mindelo; **l) Vera Lúcia Dias Alves**, solteira, maior, residente na cidade da Praia; **m) Ana Cristina Dias Alves Muhugusa**, casada com Clovis Thierry Murhimanya Muhugusa, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente no Canadá; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Entretanto, no dia vinte e quatro do mês de janeiro do ano dois mil e doze, no hospital Dr. Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Monte Sossego, faleceu **MARIA ANTÓNIA DIAS ALVES**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de viúva.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos: todos acima identificados das alíneas **a) a m)**.

Ainda, no dia trinta do mês de abril do ano dois mil e dezanove, em Sacavém e Prior Velho, Loures - Portugal, onde teve a sua última residência habitual em Rua Diu (Prior Velho), Sacavém e Prior Velho, Loures, faleceu **GRACIETE MARIA ALVES MELO SANTOS**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casada com Manuel Ressurreição Melo Santos, sob o regime da comunhão de adquiridos.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **1) Carla Isabel Alves Melo Santos** Carraro, casada com Gianone Carraro, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Mindelo; **2) Roberto Manuel Alves Melo Santos**, solteiro, maior, residente em Portugal; ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos “**de cujus**”.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos cinco de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.0.4.2.....1.000\$00  
Selo do acto.....200\$00  
**Soma:.....1.200\$00**  
Processo n.º 1001434  
Conta n.º 202514038

O Notário,  
  
/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

## EXTRATO

**CERTIFICO**, narrativamente para efeitos de **primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 02 de Setembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, de folha 53 frente a 54 verso, uma escritura de **Justificação Notarial**, na qual as senhoras, **Clara Ferreira Évora**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, residente em Portugal e **Janette Cristina Ferreira Pires** solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Lombinho, Paul e os seus irmãos, herdeiros habilitados de **Zeferino Luis Pires Fortes**, a saber: **a) Juvénio Claudio Santos Pires**, solteiro, maior, residente em Portugal; **b) Odair Jorge Santos Pires**, solteiro, maior, residente em Ribeirinha, ilha de São Vicente; **c) Natalina Rodrigues Pires dos Santos**, casada com Denis Silva Pires dos Santos, sob o regime da comunhão geral de bens, residente em Espia, São Vicente; **d) Arlindo Mota Pires**, solteiro, maior, residente em Espargos, ilha do Sal; **e) Anisia Mota Pires**, solteira, maior, residente em Sal Rei, ilha de Boavista; **f) Nataline Rodrigues Pires**, solteiro, maior, residente em Chã de Alecrim, ilha de São Vicente; **g) Dani Elson Delgado Pires**, solteiro, maior, residente em Sal Rei, ilha de Boavista; **h) Elton Jorge Ferreira Pires**, casado com Samira Santos Sousa da Luz Pires, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **i) Viviane Alene Delgado Pires**, casada com Celestino Lima, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em França; estes naturais da freguesia Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão; **j) Girson Ferreira Pires**, solteiro, maior, residente em Sal Rei, ilha de Boavista e **k) Larissa Silene Ferreira Pires**, solteira, maior, residente em Lombinho, Paul, estes naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, se declaram, donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do prédio urbano, que se compõe em rés do chão com cinco compartimentos, uma sala comum, uma cozinha, dois quartos de dormir e uma casa de banho, medindo **sessenta metros quadrados**, situado em Lombinho, Paul, confrontando do Norte com Ida Lopes Silva, Sul com Alcindo Costa Mota, Este com estrada e Oeste com Herdeiros de Helena Lima Tavares, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas sob o número **1421/0**, com o valor matricial de quinhentos mil escudos, omisso no registo predial. Que, o referido prédio veio à posse de Clara Ferreira Évora e do falecido Zeferino Luis Pires Fortes, por compra feita a senhora Maria Purificação Lima Tavares, em 15 de Junho de 2003, altura em que procederam ao registo da sua transmissão junto dos serviços competentes, na altura o referido prédio se encontrava em pardieiro. Que após o negócio, Clara Ferreira Évora e o falecido Zeferino Luis Pires Fortes, deram início das obras de construção do prédio que ora se justifica. Que a posse dos herdeiros de Zeferino Luis Pires Fortes e de Clara Ferreira Évora, já dura há onze anos, juntam a posse de Clara Ferreira Évora e do falecido Zeferino Luis Pires Fortes, que durou treze anos. Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permitem fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa sempre exercida à vista de todos e sem interrupção ou ocultação de quem quer seja. Que, após ao negocio particular de compra e venda, os justificantes entraram na posse efetiva do referido prédio, sempre exercida pelos justificantes sem a menor oposição, de quem quer que seja, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, designadamente, pagamentos dos impostos, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial. Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paú, 03 de Setembro de 2025.

Art.º 20.4.2.....1.000\$00  
Imposto de Selo .....200\$00  
Total.....1.200\$00  
Importa em mil e duzentos escudos.  
Processo n.º **1006984**,  
Conta reg. sob o n.º **202512065**.

A Conservadora Notarial Por Substituição,  
  
/Sónia Livramento da Cruz Pires /



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



## EXTRATO

**CERTIFICO**, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – Iª Série, que no dia doze do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e cinco, de folhas noventa e quatro verso a 95 verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia dez do mês de novembro do ano dois mil e vinte, em Dakar/Senegal, onde teve a sua última residência, faleceu **Maria do Rosário Morais**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de solteira.

A falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Nathalie Sylva; b) Annie Clara Silva; c) Helene Clara Silva;** estes residentes em Dakar - Senegal; **d) Alain Gabriel Silva; e) Eric Gabriel Silva;** estes residentes em França; todos solteiros, maiores, naturais do Dakar Senegal.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida “**de cujus**”.

### **ESTÁ CONFORME.**

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos dezasseis de setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

**Soma:.....1.200\$00**

Processo n.º 1012380

Conta n.º 202514361

O Notário,  
  
**Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /**

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte n.º 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 2313100/VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: [SegundocartorioSV@gov.cv](mailto:SegundocartorioSV@gov.cv)



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

## EXTRATO

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação, que no dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 96º do livro de notas número D/82, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, Lic. José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Manuel Jesus Fernandes**, falecido no dia quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, com última residência habitual, em Monte Sossego, ilha de São Vicente, de noventa e dois anos, natural que foi da freguesia de Santo André, concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, no estado de divorciado. - Que o falecido fez testamento público, lavrado neste Cartório Notarial, no dia sete de agosto de dois mil e vinte, no respetivo livro de escrituras para testamento público número trinta e dois com início de folhas sessenta e nove, no qual fez legado. -E deixou como única descendência sucessível seus filhos: **a) - Maria de Fátima Fernandes**, solteira, maior, residente em França; **b) - Maria Tereza Lopes Fernandes Monteiro**, casada com Lino do Livramento Mota Monteiro, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Monte Sossego - São Vicente; **c) - João Manuel Lopes Fernandes**, divorciado, residente em França; **d) - Zuleika Lopes Fernandes**, solteira, maior, residente em Lazareto - São Vicente; - e os netos por direito de representação: **i) – Jusiliano Valdique Rocha**, divorciado, residente em Suíça; **ii) - Hernâni José Lima Fernandes**, residente em França; **iii) - Bárbara Helena Silva Fernandes**, residente na ilha do Sal; **iv) - Bruna Helena Silva Fernandes**, residente em Portugal; todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, estes filhos do seu pré falecido filho, **José Manuel Lopes Fernandes**, falecido no dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e noventa e seis, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, sem ter deixado testamento ou escritura de doação por morte, e, no estado de solteiro. - Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.o do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março. -Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 29 de agosto de 2025.

Conta: 202556339 Processo-1002911

Art. 20.4.2 .... 1000\$00

Selo.....200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial de São Vicente, voip-3104- Alto São Nicolau, Notário.Lic. José Manuel Santos Fernandes

O Notário,  
  
e em mil e duzentos escudos



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**NOTÁRIO: José Ulisses Fortes Furtado**

## EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezoito de Abril de dois mil e vinte e quatro, de folhas 106, no livro de notas para escrituras diversas número 5/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Nildo Borges**, falecido no dia vinte e dois de Setembro de dois mil e vinte e três, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como único e universal herdeiro o seu filho: **Gilson Cláudio Pereira Borges**, solteiro, maior, natural de freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom.

E, que não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 700371/2025.

O NOTÁRIO p/s,  
  
/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP\*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: [Conservatoria.CartorioTS@gov.cv](mailto:Conservatoria.CartorioTS@gov.cv)

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia cinco do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Conservador/Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas sessenta e cinco a sessenta e seis verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual **FRANCISCO FERNANDES TEIXEIRA**, contribuinte fiscal número um, um, seis, quatro, três, quatro, zero, quatro, zero, casado com Maria Tavares Gomes Teixeira, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde reside em Santo António, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do prédio rústico de sequeiro para sementeira e pastagem, tendo dentro uma casa térrea com uma divisão coberta de telhas de barro e um pardiheiro, situado em Rama Capela, ilha do Fogo, com a área de **dois mil, trezentos e vinte e três metros quadrados**, confrontando do Norte com Sebastiana Gomes Fernandes, do Sul com Antónia Fernandes Teixeira, do Este com outros, e do Oeste com herdeiros de Marcelino Fernandes Teixeira, com valor matricial de três mil, trezentos e oitenta e seis escudos, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de São Lourenço sob o número 50/0, omissos nesta Conservatória/Cartório.

Que, o referido imóvel lhe veio a posse por doação verbal que lhe fizera o falecido tio Henrique Fernandes Teixeira, em meados do ano mil, novecentos e noventa. Que, todavia, a natureza meramente verbal do dito contrato, impossibilita-o de fazer a primeira inscrição no registo predial, por falta de título que comprove a correspondente transmissão.

Que, o justificante está na posse do referido prédio há mais de trinta anos, e sempre exercida pelo mesmo sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos cinco de Setembro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00

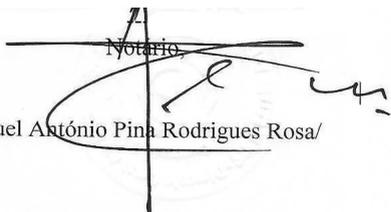
Selo do acto.....200\$00

**Soma:..... 1.200\$00**

Processo n.º 1007240

Conta sob o n.º 202527485

Notário



/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**Notário p/s: Felismino Monteiro Benchimol****EXTRATO**

**CERTIFICO**, para efeito da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário P/S no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 20/A, a folhas 08 a 09 e verso, a seguinte habilitação:

Que têm pleno conhecimento do facto a seguir mencionado determinante da seguinte habilitação:

**PRIMEIRA HABILITAÇÃO**

**Que** no dia **três** do mês de **março** do ano **dois mil e quinze**, faleceu em Massachusetts, Estados Unidos da América, o **Sr. RUI DE CARVALHO PEREIRA**, casado com Antónia Vitorina Pereira sob regime de comunhão geral de bens, natural que foi de Nossa Senhora da Luz São Vicente e com última residência em Massachusetts.

Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legítimos:

**a) RUI AUGUSTO FERNANDES DE CARVALHO PEREIRA**, que também usa o nome **Rui Augusto Pereira**, maior, casado com Elizabeth Maria Silva Alves, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, São Vicente, residente nos Estados Unidos da América; **b) OLIVIA MARIA PIRES FERNANDES DE CARVALHO PEREIRA**, que também usa o nome **Olivia Maria Pereira Clarke**, maior, solteira, natural de São João Baptista, Brava, residente nos Estados Unidos da América; **c) FILOMENA GEORGINA PIRES FERNANDES DE CARVALHO PEREIRA**, que também usa o nome **Filomena Pereira Cardoso**, maior, solteira, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, São Vicente, residente nos Estados Unidos da América; **d) ANAÍSA DE FÁTIMA PIRES FERNANDES DE CARVALHO PEREIRA**, que também usa o nome **Anaísa de Fátima Pereira Barros**, maior, solteira, natural da Freguesia de Santo António das Pombas, Paul, residente nos Estados Unidos da América; **e) FERNANDA NATALINE PIRES FERNANDES DE CARVALHO PEREIRA**, que também usa o nome **Fernanda Nataline Andrade**, maior, solteira, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Tarrafal, residente nos Estados Unidos da América.

**SEGUNDA HABILITAÇÃO**

**Que** no dia **vinte e cinco** do mês de **janeiro** do ano **dois mil e vinte e um**, faleceu em Massachusetts, Estados Unidos da América, sem testamento ou disposição de última vontade a **Sra. ANTÓNIA VITORINA PEREIRA**, que também usava o nome **Antónia Vitorina Pires Fernandes**, estado de viúva, natural que foi de Nossa Senhora do Rosário Ribeira Grande de Santo Antão e com última residência em Massachusetts, que lhe sucedeu como seus únicos herdeiros os identificados na primeira habilitação.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

Nos termos do número 5 do artigo 86ºA e 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

**ESTÁ CONFORME**

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos dez de setembro de dois mil e vinte e cinco.

**CONTA:**

Arto.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total.....1.200\$00

O Notário, P/S  
/ Felismino Monteiro Benchimol /

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 1010637/2025





Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



**-Extrato-**

**Conservadora-Notária: Alicia Patricia da Cruz da Luz**

Certifico narrativamente para efeitos de **segunda publicação**, nos termos do disposto no artigo 86º - A do Código do Notariado, que no dia 05 de setembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número **quarenta e um**, de folhas **82 a 82 verso**, uma escritura de habilitação de herdeiros, na qual foi declarado: Que no dia seis de setembro de dois mil e vinte e quatro, faleceu em Roterdão - Holanda, **Filipa Francisca Rodrigues Fortes**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, filha de Ângelo Lopes Fortes e Francisca Antónia Rodrigues, no estado de casada com João Evangelista Fortes, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, com última residência habitual em Roterdão - Holanda. Que a falecida não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes menores ou equiparados e sucederam-lhe como herdeiros legitimários os seguintes filhos: **Otelindo Rodrigues Fortes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz - concelho de São Vicente, **Marlene Rodrigues For-**

**tes**, casada com Cristiano Pedro Medina Ramos, sob o regime de comunhão geral de bens, natural da Holanda, de nacionalidade cabo-verdiana e **Rosendo Fortes**, solteiro, maior, natural da Holanda, de nacionalidade holandesa, residentes em Holanda. Que não existem outras pessoas que segundo a lei preferam aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da falecida.

Mais se informa que nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 05 de setembro de 2025.

A Conservadora-Notária,

Processo nº 1007762

Conta nº 202538685

Importa em mil e duzentos escudos

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 222 11 41 / VOIP (333) 2202, (333) 2201, Email: Conservatoria.CartorioPN@gov.cv



## TABELA DE PREÇOS\*

### Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO			
Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	5.000,00	4.500,00

\* Os preços incluem IVA

### ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

[www.anacao.cv/como-anunciar](http://www.anacao.cv/como-anunciar)

email: [comercial.grupoalfacv@gmail.com](mailto:comercial.grupoalfacv@gmail.com)



## FARMÁCIAS DE SERVIÇO

### QUINTA - 18 de Setembro

**MODERNA**  
Plateau - T: 261 27 19

**JOVEM**  
Mindelo - T: 232 45 30

### SEXTA - 19 de Setembro

**CENTRAL**  
Plateau - T: 261 11 67

**MINDELO**  
Mindelo - T: 232 74 65

### SÁBADO - 20 de Setembro

**SANTO ANTÓNIO**  
ASA - T: 262 11 86

**AVENIDA**  
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

### DOMINGO - 21 de Setembro

**AFRICANA**  
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

**LEÃO**  
Mindelo - T: 232 66 04

### SEGUNDA - 22 de Setembro

**AVENIDA**  
Fazenda - T: 261 36 90

**NENA**  
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

### TERÇA - 23 de Setembro

**SANTA ISABEL**  
Largo Europa - Tel: 262 37 47

**HIGIENE**  
Mindelo - T: 231 00 06

### QUARTA - 24 de Setembro

**SÃO FILIPE**  
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

**JOVEM**  
Mindelo - T: 232 45 30